República Democrática de Timor-Leste

Orçamento Geral do Estado 2018

Panorama Orçamental

Livro 1

Livro 1 - Panorama Orçamentál

Prefácio

A Lei Orgânica do Ministério das Finanças especifica a responsabilidade da Direcção Nacional do Orçamento em recolher e gerir informações financeiras relativas ao sector público e em publicar os resultados estatísticos.

De acordo com esta provisão e com vista a promover a transparência das finanças públicas, o Ministério das Finanças publica a versão final dos documentos relativos ao Orçamento Geral do Estado para 2018 no seguimento da aprovação do Conselho de Ministros.

A documentação referente ao Orçamento Geral do Estado para 2018 consiste na Lei do Orçamento, bem como em vários livros orçamentais de apoio:

Livro 1	**: Panorama Orçamental**
Livro 2	: Planos Anuais
Livro 3A	: Fundo Infraestrutura
Livro 3B	: Municipios
Livro 3C	: RAEOA & ZEESM
Livros 4AB	: Rubricas Orçamentais
Livro 5	: Parceiros de Desenvolvimento
Livro 6	: Fundo Especial - FDCH

O Livro 1 sobre *Panorama Orçamental* descreve a estratégia orçamental geral do Governo, dando informações sobre o panorama económico internacional e nacional, as receitas esperadas a nível interno e com base no petróleo, incluindo o rendimento sustentável esperado, bem como a despesa geral a médio prazo e as principais novas iniciativas no próximo ano.

A documentação orçamental está disponível no portal electrónico do Ministério das Finanças em www.mof.gov.tl. Quaisquer questões relativas à publicação deverão ser dirigidas ao Direcção Geral de Finanças do Estado através do correio electrónico jgama@mof.gov.tl (+67077852000), syaquim@mof.gov.tl o+67077305809) e epmartins@mof.gov.tl (+67077879183).

Considero que este documento servirá para aumentar a sensibilização e a compreensão no que se refere às finanças do Governo, contribuindo para que as pessoas se tornem bons cidadãos e heróis da nossa nação, através do fornecimento de informações relevantes sobre o Orçamento do Estado de 2018.

GABINETE DA VICE MINISTRA

Sara Lobo Brites
Vice-Ministra e Ministra das Finanças Interina

Índice

2.1.1: Política Governamental....3
2.1.2: Crescimento Económico....3
2.1.3: Despesa....4
2.1.4: Receita Doméstica....5
2.1.5: Financiamento....5
2.2: Programa governamental para 2018 a 2023....6
2.2.1: Desenvolvimento de capital social....7
2.2.2: Infraestruturas....8
2.2.3: Desenvolvimento da Economia....8
2.2.4: Política e Administração Governamentais....9
2.2.5: Boa Governação e Combate à C orrupção....10
2.3: Panorama Económico....11
2.3.1: Economia Internacional....11
2.3.1.1: Crescimento Internacional....11
2.3.1.2: Tendências nos Preços Internacionais....12
2.3.2: Economia Doméstica....14
2.3.2.1: Desempenho Económico Recente de Timor-Leste....14
2.3.2.2: Economia Não-Petrolífera....15
2.3.2.3: Emprego....18
2.3.3: Perspetivas no Curto a Médio Prazo (2017 a 2021)....19
2.4: Monitorização dos Indicadores Socioeconómicos....20
2.4.1: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs)....20
2.4.2: Alinhamento com o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED)....23
2.5: Despesa e compromissos dos Parceiros de Desenvolvimento....25
2.5.1: Alterações à Estrutura de Governo....25
2.5.2: Despesa por Fundos....27
2.5.3: Despesa do FCTL....28
2.5.3.1: Salários e Vencimentos....29
2.5.3.2: Bens e Serviços....29
2.5.3.3: Transferências Públicas....31
2.5.3.4: Capital Menor....33
2.5.3.5: Capital e Desenvolvimento....33
2.5.3.6: Custos Adicionais com a Nova Estrutura de Governo....34
2.5.3.7: Dívidas e Obrigações Contratuais....35
2.5.4: Fundo de Infraestruturas....36
2.5.5: Despesa por Projetos Financiados Através de empréstimos....38
2.5.6: Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano....38
2.5.7: Compromissos de Parceiros de Desenvolvimento....39
2.5.8: Classificação do Orçamento para 2018 por Setor....40
2.6: Receitas....42
2.6.1: Panorama das Projeções de Receitas....42
2.6.2: Receitas Domésticas....42
2.6.2.1: Receitas Tributárias....43
2.6.2.2: Taxas e Pagamentos....44
2.6.2.3: Juros....46

2.6.2.4: Agências autónomas 46
2.6.3: Receitas petrolíferas e Fundo Petrolífero 47
2.6.3.1: Calculando a Riqueza Petrolífera e o RSE para 2018 47
2.6.3.2: Gestão e Projeções do Fundo Petrolífero 52
2.7: Financiamento 55
2.7.1: Definição de Financiamento 55
2.7.2: RSE e Levantamentos Excessivos 56
2.7.3: Empréstimos 56
2.7.4: Uso do Saldo de Caixa 67
2.7.5: Parcerias Público-Privadas 67

Part 1 : Discurso do Primeiro-Ministro

Part 2 : Descrição e análise do Orçamento de Estado para 2018

2.1.1: Política Governamental

As políticas do Governo de Timor-Leste, guiadas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento, estão expostas no Orçamento Anual do Estado, com o objetivo a longo prazo de tornar Timor-Leste um país com rendimentos médio-altos até 2030. Para concretizar este objetivo o Governo está a investir em infraestruturas e setores económicos essenciais, incluindo o turismo, a saúde, a educação e a agricultura. A parte 2.2. contém detalhes sobre o programa governamental. O Livro Orçamental 1 para 2018 resume os planos com vista a estas políticas no presente ano fiscal.

Tabela 2.1.1.1: Orçamento de Fontes Combinadas para 2016 a 2022, em milhões de USD

	2016 Concr.	2017 Provisório	2018 Orçam.	2019	2020	2021	2022
Orçamento de Fontes Combinadas	**1.834,5**	**1.369,6**	**1.461,3**	**1.772,9**	**1.480,8**	**1.309,1**	**1.303,8**
Despesas governamentais por Fundos	**1.629,9**	**1.192,9**	**1.279,6**	**1.633,9**	**1.365,3**	**1.256,7**	**1.303,8**
FCTL (excluindo empréstimos)	1.570,6	1.138,9	**1.194,1**	**1.522,1**	**1.299,4**	**1.216,4**	**1.266,2**
FDCH	28,7	23,9	**23,9**	24,8	25,8	26,8	27,9
Empréstimos (desembolsos)	30,6	30,1	**61,6**	87,0	40,0	13,5	9,7
Compromissos de Parceiros de Desenvolvimento	**204,6**	**176,7**	**181,7**	**139,0**	**115,5**	**52,4**	-

Fontes: Direção Nacional de Orçamento e Unidade de Gestão de Parcerias de Desenvolvimento, Ministério das Finanças, 2018

2.1.2: Crescimento Económico

Para Timor-Leste se tornar um país com rendimentos médio-altos até 2030 será necessário um crescimento económico não-petrolífero sólido e de qualidade. O investimento público registado entre 2007 e 2016, através da política fiscal de concentrar despesas nos primeiros anos de modo a construir os alicerces para o desenvolvimento económico, conduziu o crescimento da economia não-petrolífera, que foi em média de 6,9% ao ano. Pretendeu-se com isto criar as bases necessárias para um desenvolvimento sustentável a longo prazo conduzido pelo setor privado. O PIB não-petrolífero real teve um crescimento forte, passando de 4,0% em 2015 para 5,3% em 2016. O consumo das famílias aumentou 6,0%, o que sugere

que os níveis de vida continuam a melhorar em Timor-Leste. Houve desafios em 2017 que se mantêm em 2018 e que afetaram as previsões de crescimento. Todavia, com o regresso a uma situação orçamental normal é esperado que se volte ao crescimento de anos anteriores.

2.1.3: Despesa

O total da despesa no orçamento para 2018 é de 1.279,6 milhões de dólares (excluindo atividades financiadas por parceiros de desenvolvimento). Este total fica aquém da alocação sob o Orçamento de Estado para 2017, devido sobretudo a uma redução considerável na alocação para Transferências Públicas. O novo Governo está igualmente a utilizar o Orçamento de Estado para 2018 como forma de pagar diversos compromissos financeiros pendentes gerados em anos anteriores antes da tomada de posse deste executivo. Isto é vital para os esforços do Governo para reforçar a gestão das finanças públicas em Timor-Leste.

Devido ao atraso na apresentação do Orçamento de Estado para 2018, toda a despesa governamental em 2018 até aqui fez-se sob o regime de duodécimos referente ao Orçamento de Estado para 2017. O Orçamento de Estado para 2018 apresenta alocações para todo o ano de 2018, incluindo o que já foi gasto desde o início do ano.

O Governo está concentrado em continuar a desenvolver infraestruturas essenciais em Timor-Leste, de modo a estimular o crescimento e a reduzir a pobreza. Após ter concluído com sucesso a implementação do projeto de eletricidade, o governo está agora a virar o investimento em estradas, portos, aeroportos e pontes. Em resultado disto as despesas irão aumentar em 2019, sobretudo em setores essenciais e projetos de infraestruturas prioritárias. Não obstante isto é esperado que a despesa e os levantamentos excessivos desçam, uma vez que alguns projetos prioritários do PED se aproximam da sua conclusão. A longo prazo a despesa continuará a cair e a receita continuará a aumentar, o que permitirá reduzir os levantamentos excessivos.

Tabela 2.1.3.1: Tabela fiscal com itens de memorando, em milhões de USD

	2014 Concr.	2015 Concr.	2016 Concr.	2017 Prov.	2018 Orçam.	2019	2020	2021	2022
Total da despesa por categorias de dotação (inc. empréstimos)	**1.343,3**	**1.336,7**	**1.629,9**	**1.192,9**	**1.279,6**	**1.633,9**	**1.365,3**	**1.256,7**	**1.303,8**
Total da despesa por categorias de dotação (exc. empréstimos)	**1.327,5**	**1.312,5**	**1.599,3**	**1.162,8**	**1.218,0**	**1.546,9**	**1.325,3**	**1.243,2**	**1.294,1**
Correntes	918,3	1.029,6	1.027,7	931,3	**883,9**	919,3	956,0	994,3	1.034,0
Salários e vencimentos	162,5	173,4	178,6	197,2	**200,3**	208,3	216,7	225,3	234,3
Bens e serviços (inc. FDCH)	464,2	423,8	378,1	328,4	**421,7**	438,5	456,1	474,3	493,3
Transferências públicas	291,7	432,5	471,1	405,8	**261,9**	272,4	283,3	294,6	306,4

	2014 Concr.	2015 Concr.	2016 Concr.	2017 Prov.	2018 Orçam.	2019	2020	2021	2022
Capital	424,9	307,1	602,2	261,5	**395,7**	714,6	409,2	262,5	269,8
Capital menor	53,6	33,9	20,8	13,1	**3,7**	3,8	4,0	4,1	4,3
Capital e desenvolvimento (inc. empréstimos)	371,4	273,1	581,4	248,4	**392,0**	710,8	405,3	258,3	265,5
Receita	**799,7**	**808,3**	**744,1**	**671,2**	**739,2**	**737,4**	**727,4**	**724,0**	**723,4**
Receita doméstica	167,4	169,8	199,3	189,6	**188,8**	198,3	208,5	219,0	230,0
Rendimento Sustentável Estimado (RSE)	632,3	638,5	544,8	481,6	**550,4**	539,1	518,9	505,0	493,4
Saldo fiscal	**(543,6)**	**(528,4)**	**(885,8)**	**(521,7)**	**(540.4)**	**(896.5)**	**(637.9)**	**(532.7)**	**(580.5)**
Financiamento	**543,0**	**528,2**	**885,8**	**521,7**	**540.4**	**896.5**	**637.9**	**532.7**	**580.5**
Levantamentos excessivos a partir do FP	99,7	640,0	700,0	597,1	434.4	809.5	597.9	519.2	570.8
Uso do saldo de caixa	427,6	(136,0)	155,1	(105,6)	44.4	-	-	-	-
Empréstimos (desembolsos)	15,8	24,2	30,6	30,1	61.6	87.0	40.0	13.5	9.7

Fontes: Direção Nacional do Orçamento, Direção Nacional de Política Económica, Unidade de Administração do Fundo Petrolífero e Secretariado dos Grandes Projetos, Ministério das Finanças, 2018

2.1.4: Receita Doméstica

As receitas domésticas em 2017 ficaram aquém das receitas domésticas em 2016. Esta tendência reflete o fraco desempenho do crescimento do PIB, que afetou negativamente as receitas fiscais, as quais são o principal componente das receitas não-petrolíferas. Em 2018 é esperado que as receitas sejam semelhantes às registadas em 2017. Esta tendência deve-se provavelmente ao fraco desempenho macroeconómico e à situação política, sendo que estes elementos vieram atrasar os esforços no que diz respeito à reforma fiscal. São esperadas tendências positivas em termos de receitas domésticas a médio prazo, graças a uma combinação de melhorias a nível da administração, reforma fiscal e desempenho económico (ver Tabela 2.6.1.1).

O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) é o montante que pode ser retirado do Fundo Petrolífero a cada ano de forma sustentável. Dado que gastar apenas as receitas não-petrolíferas e o RSE permite manter a sustentabilidade fiscal, o tratamento do RSE foi alterado neste orçamento, passando a ser considerado um componente do total das receitas. O RSE para 2018 está calculado em 550,4 milhões de dólares.

2.1.5: Financiamento

O saldo ajustado ao RSE é igual à receita menos a despesa (ver Tabela 2.7.1.1.). O Governo utiliza levantamentos excessivos a partir do Fundo Petrolífero (FP), empréstimos e saldo de

caixa para financiar o défice ajustado ao RSE em 2018. O défice ajustado ao RSE dá uma estimativa aproximada do montante de procura adicional e de dinheiro que a despesa do Governo contribui para a economia.

O montante total orçamentado para ser levantado do FP em 2018 é de 984,8 milhões de dólares, com levantamentos excessivos de 434,4 milhões. O Governo considera os levantamentos excessivos necessários a médio prazo para financiar despesas prioritárias de capital.

Os empréstimos estão-se a tornar uma ferramenta de financiamento cada vez mais importante para o Governo de Timor-Leste. Os empréstimos atuais contraídos pelo Governo de Timor-Leste são utilizados para financiar projetos essenciais de infraestruturas e têm taxas de juro relativamente baixas e períodos de graça consideráveis. O total de financiamento de empréstimos em 2018 é de 61,6 milhões de dólares.

Em 2018 é esperado que a conta do Tesouro para todas as entidades governamentais apresente um saldo de caixa positivo de 44,4 milhões. O saldo de caixa será assim incluído para financiar despesas no Orçamento de Estado para 2018.

2.2: Programa governamental para 2018 a 2023

Durante o seu mandato, o executivo continuará a transformar Timor-Leste de país com baixos rendimentos para país com rendimentos médio-altos: um país com uma população saudável, instruída, próspera e que vive em segurança.

O Governo está empenhado em implementar a Agenda de 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a qual incorpora o Plano Estratégico de Desenvolvimento e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs). Esta agenda global é composta por 17 ODSs, que visam dar resposta às necessidades do povo, garantindo que ninguém fique para trás e procurando assegurar um futuro melhor para todos os Timorenses e para o mundo em geral.

Os investimentos em **capital social** visam construir uma sociedade saudável e instruída, dar resposta às necessidades sociais do povo e produzir uma força de trabalho que acompanhe o desenvolvimento do país. Os investimentos em **infraestruturas** pretendem contribuir para uma economia emergente, interligada e sustentável. Temos um plano abrangente para a construção de **portos, aeroporto, estradas, água potável e saneamento básico** em todo o país, a ser implementado com uma nova dinâmica ao longo dos próximos cinco anos. Os investimentos em **desenvolvimento económico** permitirão a Timor-Leste tornar-se numa economia próspera, moderna e diversificada. As reformas na **administração governamental e boa governação** melhorarão a capacidade do Governo para servir os cidadãos.

2.2.1: Desenvolvimento de capital social

O desenvolvimento económico de Timor-Leste é uma meta nacional que depende em grande medida da autonomização, saúde e qualificação da sua força de trabalho. Investir no capital humano é assim uma estratégia fundamental para permitir o desenvolvimento sustentável, enquanto se criam condições para maior inclusão, bem-estar e dignidade na sociedade Timorense.

Uma sociedade culturalmente democrática e desenvolvida é uma sociedade que não deixa ninguém para trás, que investe nos grupos mais frágeis e vulneráveis e que reconhece o papel essencial de mulheres, jovens e idosos no desenvolvimento sustentável.

Entre outras medidas, o programa do Governo inclui:

Educação. O Governo irá melhorar a qualidade do ensino e da formação vocacional, garantindo igualdade de acesso a todos os Timorenses em todas as áreas de ensino através da reforma da gestão e da administração do sistema de ensino. Isto incluirá melhorar o ensino; modernizar e garantir uma maior relevância dos esforços a nível da formação vocacional; desenvolver os recursos humanos nacionais através de programas plurianuais; reforçar a Comissão Nacional de Educação (CNE); e consolidar a língua Tétum.

Saúde. O Governo continuará a implementar a Política Nacional de Saúde e o Plano Estratégico Nacional para o Setor da Saúde para 2011 a 2030 (PENSS 2011 a 2030), mantendo a visão de ter um "Timor-Leste saudável".

Juventude. O Governo criará oportunidades que permitirão aos jovens concretizar o seu potencial através da implementação da Política Nacional para a Juventude e do Conselho Nacional para o Desenvolvimento da Juventude.

Desporto. O Governo promoverá e encorajará a prática de atividades desportivas através da implementação de um Plano Estratégico de Desporto.

Tecnologias de Informação e Comunicação. O Governo continuará a implementar a Política de Tecnologias de Informação e Comunicação. Alem de providenciar formação e um novo enquadramento jurídico, o Governo criará as infraestruturas necessárias para disseminar o acesso à internet por todo o país. Dentro do Governo será implementada uma estratégia com vista à modernização administrativa e ao desenvolvimento do Governo Eletrónico, prestando formação em Tecnologias de Informação e Comunicação a todos os líderes, administradores, diretores e agentes públicos.

Habitação. Para providenciar habitação decente aos nossos cidadãos, o Governo irá rever a Política Nacional de Habitação de 2007 e desenvolver um Programa Nacional de Habitação. o Governo irá ainda criar e implementar um programa que apoie a reabilitação e construção de habitações.

2.2.2: Infraestruturas

As infraestruturas são vitais para o desenvolvimento económico e social. A escala e os custos associados com a implementação de uma rede de infraestruturas constituem enormes desafios à produtividade, criação de emprego e desenvolvimento do setor privado a nível nacional.

Como tal, o **planeamento, a orçamentação, a monitorização e a avaliação** são partes essenciais desta estratégia. Perante isto, a curto prazo o Governo propõe-se realizar um **levantamento detalhado de todas as infraestruturas e de todos os projetos atuais**. O plano de infraestruturas será sujeito a reavaliação, correção e restruturação, combatendo as assimetrias e preenchendo muitas das lacunas que continuam a existir no que se refere às infraestruturas básicas no país.

Uma das principais prioridades do Governo relativamente ao setor das infraestruturas é exigir **maior profissionalismo** da parte dos recursos humanos e adjudicatários no setor, implementando uma reforma institucional que inclua melhor planeamento, monitorização, inspeção e supervisão de projetos e trabalhos em curso. Para construir uma economia produtiva e moderna é necessário continuar a investir consideravelmente em infraestruturas em grande escala. É igualmente necessário garantir construção de qualidade e a **melhor relação qualidade-preço**, bem como **projetar os custos futuros com manutenção**. Importa ainda fazer isto enquanto se avaliam os recursos disponíveis e a **sustentabilidade futura**.

Pretende-se com este plano de infraestruturas combater a pobreza extrema no país. Isto será conseguido por via da facilitação do acesso à saúde e educação, da melhoria das infraestruturas de água, saneamento e eletricidade, e do aumento do acesso à internet. O plano irá ainda criar condições para o investimento privado e o crescimento económico, através da provisão de melhores transportes, comunicações e fornecimento elétrico. Serão criadas mais oportunidades de emprego graças à facilitação da mobilidade e do acesso aos locais de trabalho, bem como graças às oportunidades que resultarão do crescimento económico e do maior investimento privado no país.

2.2.3: Desenvolvimento da Economia

Embora se tenha já feito grandes progressos nesta área, Timor-Leste precisa continuar a investir em planeamento estratégico com vista a ter **uma economia moderna e diversificada**. A diversificação económica será conseguida através da emancipação dos setores produtivos em torno de três indústrias essenciais – agricultura, turismo e petróleo – e do estudo e utilização dos recursos naturais existentes, fazendo uso da localização geográfica do país e do seu perfil demográfico.

A criação de emprego e a promoção do empresariado são elementos integrais do desenvolvimento económico, pelo que o Governo precisa criar condições que garantam a sua

acessibilidade aos jovens. Para tal, o Governo irá introduzir mecanismos jurídicos e políticos para estimular a criatividade, a inovação e a diversificação da economia nacional.

O Governo de Timor-Leste desenvolverá um **Quadro Nacional de Planeamento**, com o intuito de implementar Centros de Desenvolvimento nas várias regiões do país, definindo as características de cada região e o potencial de crescimento de cada setor e subsetor, de acordo com os recursos disponíveis para a implementação de ações e estratégias de crescimento sustentável e de desenvolvimento equitativo em todo o país.

2.2.4: Política e Administração Governamentais

O Governo tenciona criar um ambiente de trabalho que permita o bem-estar de toda a população, com destaque para os jovens. A **política macroeconómica** incidirá acima de tudo no desenvolvimento económico, com crescimento elevado, inclusivo e sustentável, diversificação da economia através do desenvolvimento de setores produtivos, promoção do investimento do setor privado, reforço da sustentabilidade fiscal e desenvolvimento da indústria financeira.

O Governo trabalhará com o Banco Central de Timor-Leste (BCTL) com vista a promover o desenvolvimento da **indústria financeira**, criando um ambiente favorável, facilitando as atividades comerciais do setor bancário, seguradoras, instituições de microcrédito e mercado financeiro em Timor-Leste. O Governo criará um Banco de Desenvolvimento de Timor-Leste (BDTL), com o objetivo de facilitar acesso a financiamento a longo prazo com taxas de juro acessíveis. Por fim, o Governo, através do Ministério das Finanças, trabalhará com o Banco Central de Timor-Leste (BCTL) na condução de estudos e análises aprofundados sobre as vantagens e desvantagens de utilizar o dólar, comparativamente com ter a sua própria moeda.

O Governo continuará a melhorar e a reforçar a **gestão das finanças públicas**, tendo entre os seus principais programas a transparência, a responsabilidade, a eficiência e a sustentabilidade. A promoção da melhoria na gestão das finanças públicas será feita através da Reforma da Gestão das Finanças Públicas, incluindo a implementação continuada da orçamentação de programas. O alvo será de ter os impostos a atingir 18% do PIB em 2023, incluindo através da introdução de uma lei sobre IVA. A lei sobre aprovisionamento será revista e atualizada. Haverá ainda esforços no sentido de fortalecer a gestão e alargar a implementação de Políticas Público-Privadas, estabelecendo boas políticas e boa gestão da dívida pública (empréstimos) e mantendo uma gestão sólida e prudente dos fundos públicos, incluindo o Fundo da Segurança Social. Será ainda criada uma instituição específica para coordenar com as instituições públicas relevantes e gerir todo o património, mobiliário e imobiliário do Estado.

2.2.5: Boa Governação e Combate à C orrupção

Boa governação consiste em ter um setor público profissional, competente e eficiente, o que é essencial para a prestação de serviços públicos e para a implementação das políticas e ações previstas no Plano Estratégico de Desenvolvimento e no Programa de Governo. O aumento da confiança na governação implica necessariamente a melhoria do desempenho do setor público, uma vez que é este o primeiro motor do crescimento económico nacional.

A condução de auditorias e o estabelecimento de mecanismos efetivos para garantir a transparência das instituições públicas são os principais garantes da boa governação, a qual por sua vez ajuda a prevenir a corrupção a todos os níveis da sociedade.

Como tal o Governo irá promover os princípios da transparência, responsabilização, integridade e liderança através de mecanismos de gestão de riscos, responsabilização com base em resultados, sistemas de reclamação e, fundamentalmente, um uso adequado dos dinheiros públicos.

O Governo irá desenvolver várias medidas para promover a boa governação e o combate à corrupção, incluindo entre outras:

Organizações anticorrupção

- Reforçar os órgãos de inspeção, em especial a Inspeção-Geral do Estado, a fim de aumentar o número e melhorar a qualidade de inspeções e auditorias a entidades públicas;
- Investir na capacitação da Comissão Anticorrupção e da Comissão da Função Pública e reforçar a cooperação com o Tribunal de Contas.
- Desenvolver e implementar um Código de Conduta para Membros do Governo (PED);
- Adotar tecnologias de informação modernas na função pública para apoiar a coesão governamental e as iniciativas de Governo Eletrónico (PED 2020);
- Conduzir campanhas anticorrupção na administração pública, em escolas e junto do público em geral;
- Promover sistemas de reclamações e de sensibilização do público, promovendo formulários de reclamação e implementando questionários ao público;
- Desenvolver uma base de dados de instituições públicas e privadas envolvidas em situações de corrupção com vista a uma monitorização efetiva;

Assuntos jurídicos

- Continuar a implementar uma política legislativa visando melhorar a qualidade da legislação e torná-la mais simples, mais sistemática e mais acessível;
- Melhorar o acesso e o conhecimento sobre a legislação nacional, melhorando a publicação e distribuição contínua de coleções organizadas por setores e assegurando que a legislação está em tétum e português e disponível na internet;

Operações governamentais

- Reforçar as instituições responsáveis pela produção de estatísticas nacionais, a fim de informar melhor o processo decisório;
- Melhorar a comunicação interna com o Governo;
- Reforçar a implementação do Roteiro Orçamental para Timor-Leste, o qual deve ligar o plano ao orçamento em todas as agências governamentais;
- Reforçar as capacidades de planeamento, monitorização e avaliação em todas as agências governamentais;
- Rever a Lei sobre Pensões Vitalícias, para que este regime seja integrado no regime contributivo da Segurança Social relativamente às pensões dos novos membros dos Órgãos de Soberania.

2.3: Panorama Económico

2.3.1: Economia Internacional

2.3.1.1: Crescimento Internacional

O crescimento global está a subir, com o FMI a prever um valor de 3,9% para 2018 e 2019. O aumento no crescimento é impulsionado por um forte crescimento na Ásia emergente e na Europa, assim como por uma ligeira subida nos mercados de matérias-primas de economias emergentes e em desenvolvimento.

Está previsto que o crescimento nas economias avançadas seja de 2,5% em 2018, o que supera os 2,3% registados em 2017. O aumento do crescimento em 2018 é impulsionado sobretudo pela política fiscal expansionista nos EUA e pela recuperação cíclica gradual da Europa relativamente às crises de 2008-2009 e 2011-12. Relativamente às economias emergentes e em desenvolvimento, prevê-se que o crescimento seja de 4,9% em 2018 e 5,1% em 2019, como resultado de melhorias no mercado das exportações de matérias-primas e de uma Ásia emergente forte, liderada por um aumento projetado do crescimento da Índia, juntamente com a moderação gradual da China.

O crescimento económico da China deverá descer de 6,9% em 2017 para 6,6% em 2018 e 6,4% em 2019. A redução no crescimento em 2018 deve-se a um nível mais elevado de dívida e ao ajuste fiscal rumo a um caminho de crescimento mais baixo.

O forte crescimento global, em especial na Ásia, constitui uma base sólida para os exportadores Timorenses e para o desenvolvimento económico de Timor-Leste.

Tabela 2.3.1.1.1 Crescimento económico real entre 2017 e 2019 (%)

Projeção do crescimento real	Concreto	Previsto	
	2017	2018	2019
Mundo	3,8%	3,9%	3,9%
Economias avançadas	2,3%	2,5%	2,2%
Economias emergentes e em desenvolvimento	4,8%	4,9%	5,1%
Ásia emergente e em desenvolvimento	6,5%	6,5%	6,6%
China	6,9%	6,6%	6,4%
Zona euro	2,3%	2,4%	2,0%
Timor-Leste (não-petrolífero) *	-5,3% +	0,6%	4,5%

*Fontes: Panorama Económico Mundial do FMI, abril de 2018, exceto * Ministério do Plano e Finanças, 2018. + Projeção*

2.3.1.2: Tendências nos Preços Internacionais

Segundo o FMI a inflação global deverá permanecer estável em 2018, nos 3,5%. A inflação nas economias avançadas está projetada nos 2,0% em 2018, descendo para 1,9% em 2019. A inflação nas economias avançadas está abaixo dos alvos previstos pelo Banco Central, porém deverá recuperar a curto prazo. A inflação nas economias emergentes e em desenvolvimento deverá permanecer estável, ficando-se pelos 4,6% em 2018 e pelos 4,2% em 2019. A baixa inflação em Timor-Leste neste contexto ajudará a melhorar a competitividade.

Tabela 2.3.1.2.1: Taxas de inflação globais e regionais (%)

Projeção da inflação	Concreta		Prevista	
	2016	2017	2018	2019
Mundo	2,8%	3,0%	3,5%	3,4%
Economias avançadas	0,8%	1,7%	2,0%	1,9%
Economias emergentes e em desenvolvimento	4,3%	4,0%	4,6%	4,3%
Ásia emergente e em desenvolvimento	2,8%	2,4%	3,3%	3,3%
Timor-Leste	-1,3%	0,6%	1,8%	2,7%

Fontes: Panorama Económico Mundial do FMI, abril de 2018

Preços do Petróleo

Os preços do petróleo são importantes para Timor-Leste, que é ao mesmo tempo consumidor e exportador. O preço internacional do barril Brent teve quebras muito acentuadas desde junho de 2014, caindo de um pico de 111,9 dólares por barril até aos 32,2 dólares por barril em janeiro de 2016. A redução nos preços do petróleo foi provocada pelo aumento da oferta global durante um período de baixa procura global. Posteriormente o mercado do petróleo começou a recuperar, atingindo uma média de 73,15 dólares por barril em maio de 2018. Ainda que este valor seja modesto, a recuperação tem vindo a ser impulsionada por uma procura global mais robusta, o aumento das tensões geopolíticas e restrições (tanto acordadas como não planeadas) à produção do petróleo (ver figura 2.3.1.2.2).

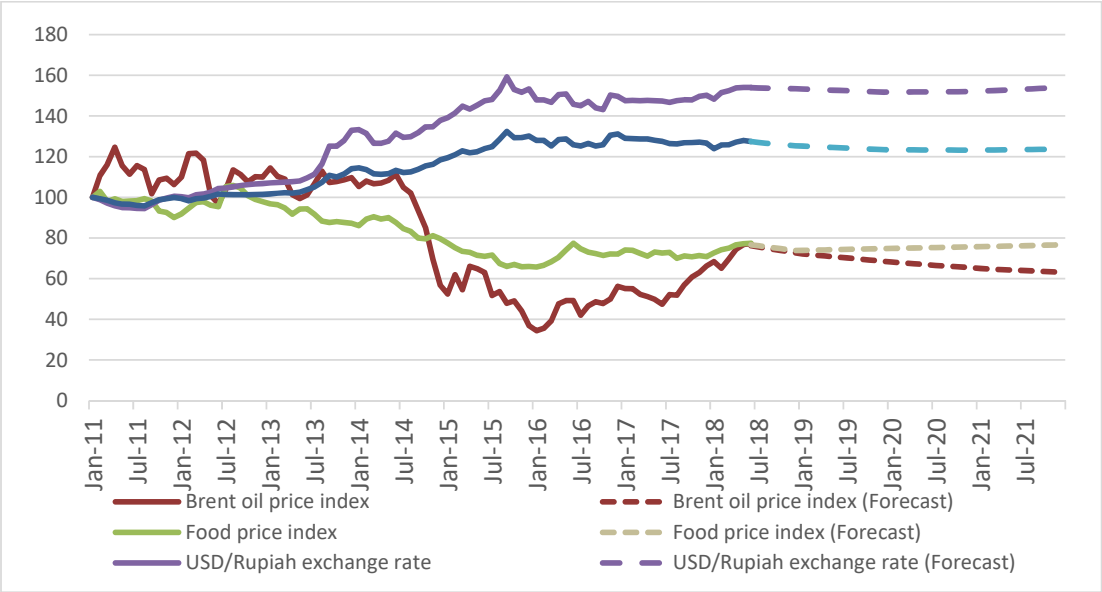
Preços dos produtos agrícolas

Uma parte significativa dos alimentos consumidos em Timor-Leste é importada, o que faz com que as alterações a nível de preços internacionais dos alimentos possam ter um impacto significativo tanto na taxa de inflação como no nível de vida. Segundo a Previsão do Banco Mundial dos Preços das Matérias-Primas os preços internacionais dos alimentos começaram a aumentar em princípios de 2016 e continuaram até princípios de 2018, atingindo um pico de 85,83. Este valor fica muito acima dos 79,86 registados em 2015. O aumento do custo da energia e a imprevisibilidade do clima, incluindo preocupações sobre o Niña, podem fazer os preços continuar a subir durante o resto do ano. O Banco Mundial prevê que os preços dos alimentos continuem a subir de forma muito ligeira durante o restante de 2018 e 2019,sendo porém que os preços dos alimentos deverão voltar a descer no futuro, já que se esperam melhores condições de produção de alguns produtos (ver figura 2.3.1.2.2). Isto irá beneficiar os agregados familiares mais pobres em Timor-Leste.

Taxas cambiais

A valorização geral do dólar americano contra um cabaz de moedas dos parceiros comerciais de Timor-Leste (a taxa de câmbio nominal efetiva – NEER) começou em princípios de 2014 e manteve-se até dezembro de 2016. Entre maio de 2017 e maio de 2018 o dólar americano desvalorizou apenas 0,2% contra o cabaz ponderado das moedas dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste. A valorização geral nos últimos anos reduziu o preço das importações, impulsionando a inflação doméstica para baixo e beneficiando os consumidores Timorenses. Todavia esta valorização torna também as exportações não-petrolíferas de Timor-Leste mais caras nos mercados internacionais, o que condiciona o desenvolvimento do setor das exportações do país. Prevê-se uma tendência de descida ligeira nos próximos anos (ver gráfico 2.3.1.1.1), o que ajudará o mercado das exportações de Timor-Leste a ficar bem situado no mercado internacional.

Figura 2.3.1.1.1 : Índices do preço dos alimentos e das taxas de câmbio



Fonte: Direção de Estatística, Ministério das Finanças 2018

2.3.2: Economia Doméstica

2.3.2.1: Desempenho Económico Recente de Timor-Leste

Em 2016 o PIB real (petrolífero e não-petrolífero) em Timor-Leste aumentou 0,8% para 3.130 milhões de dólares (a preços de 2015). Existem dados de contas nacionais até 2016, que é o último ano em que existem dados do PIB sem estimativas. O aumento no PIB total em 2016 é atribuído à subida no setor não-petrolífero (5,3%), que compensou as descidas no setor petrolífero (ver Tabela 2.3.2.1.1), uma vez que o volume de petróleo extraído diminuiu ao longo do ano (-4%).

Dado que o setor petrolífero emprega relativamente poucos Timorenses, o PIB total não é a melhor forma de medir o desempenho económico em Timor-Leste. Ao invés é mais útil monitorizar o desempenho económico utilizando o PIB não-petrolífero, juntamente com uma vasta gama de outros indicadores relacionados com a economia não-petrolífera. Esta abordagem dá uma indicação mais precisa sobre o impacto real das alterações económicas sobre o povo de Timor-Leste.

Tabela 2.3.2.1.1: PIB real por setor, Timor-Leste, 2016

	PIB, em milhões de USD	Percentagem do todo
Toda a economia	**3.130**	**100%**
Setor petrolífero	1.436	46%
Setor não-petrolífero	1.694	54%

Fonte: Direção de Estatística, Ministério das Finanças 2018

2.3.2.2: Economia Não-Petrolífera

Timor-Leste teve um crescimento elevado do PIB não-petrolífero até 2016, com uma média de 6,9% ao ano entre 2007 e 2016. Estas taxas de crescimento fortes têm sido impulsionadas por aumentos na despesa governamental, associados com a estratégia económica do Governo de assegurar que Timor-Leste dispõe das infraestruturas necessárias para permitir ao setor privado florescer a longo prazo. A estratégia económica do Governo utiliza empréstimos e levantamentos excessivos [1] a partir do Fundo Petrolífero para financiar investimentos de alta qualidade em infraestruturas e desenvolvimento de capital humano. Tal como delineado no Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste, os investimentos de retorno elevado do Governo assentarão os alicerces necessários para o desenvolvimento sustentável a longo prazo conduzido pelo setor privado. Estes investimentos estão a estimular o crescimento económico, conduzindo a receitas domésticas mais elevadas e a finanças governamentais mais sustentáveis, o que permitirá fazer os levantamentos regressar a níveis consistentes com o RSE. A política governamental de concentração de despesas nos primeiros anos já permitiu a melhoria considerável da cobertura rodoviária e elétrica em Timor-Leste, o que por sua vez ajudou a melhorar os níveis de vida e o ambiente empresarial.

A Tabela 2.3.2.2.1 mostra que a tendência do PIB não-petrolífero manteve um forte desempenho, passando de um crescimento de 4,0% em 2014 para um crescimento de 5,3% em 2016. O crescimento económico registado em 2016 resulta de uma combinação de um forte crescimento no consumo das famílias, aumentos a nível das exportações e aumentos na despesa governamental, associados com a política de concentração de despesas nos primeiros anos. Ajudado pelo cenário de baixa inflação, o consumo dos agregados familiares aumentou 6%, o que sugere que os níveis de vida continuam a melhorar em Timor-Leste. Prevê-se que o PIB não petrolífero tenha caído em 2017. A Secção 2.3.3. contém estimativas para 2017 e anos seguintes.

Tabela 2.3.2.2.1: PIB real entre 2009 e 2016, em milhões de USD

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Setor não-petrolífero (milhões de USD)	**1.176**	**1.276**	**1.374**	**1.450**	**1.486**	**1.547**	**1.609**	**1.694**
Crescimento do setor não-petrolífero	9,9%	8,5%	7,7%	5,5%	2,5%	4,1%	4,0%	5,3%

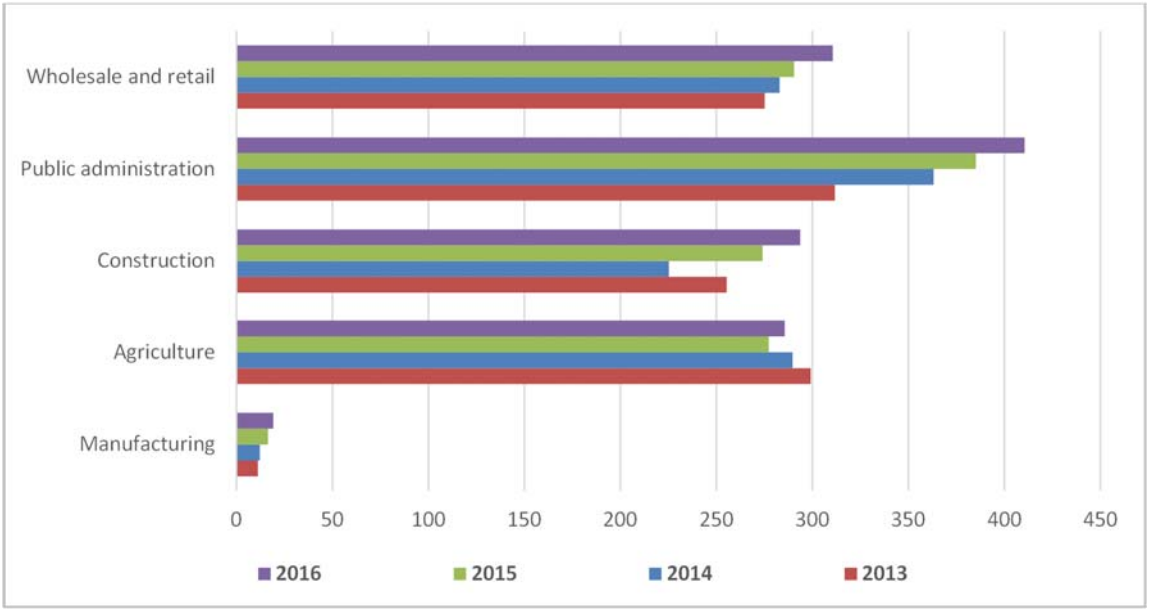
Fonte: Direção de Estatística, Ministério das Finanças 2018

[1] Levantamentos do Fundo Petrolífero acima do RSE.

Desempenho setorial

O desempenho nos principais setores a economia Timorense foi sólido em 2016. A indústria manufactureira continuou a sua tendência de subida, com um crescimento de 16,4%. Foram registados altos níveis de crescimento no setor da construção (7,2%) e na área da administração pública (6,6%), estando ambos relacionados com o aumento na despesa governamental associado à estratégia de investimento. A produção do setor agrícola aumentou 3% em 2016, porém no geral permanece essencialmente estática nos últimos anos. Por fim, o setor do comércio grossista e de retalho cresceu 7% em 2016.

Figura 2.3.2.2.2: PIB não-petrolífero real por indústrias entre 2013 e 2016, em milhões de USD



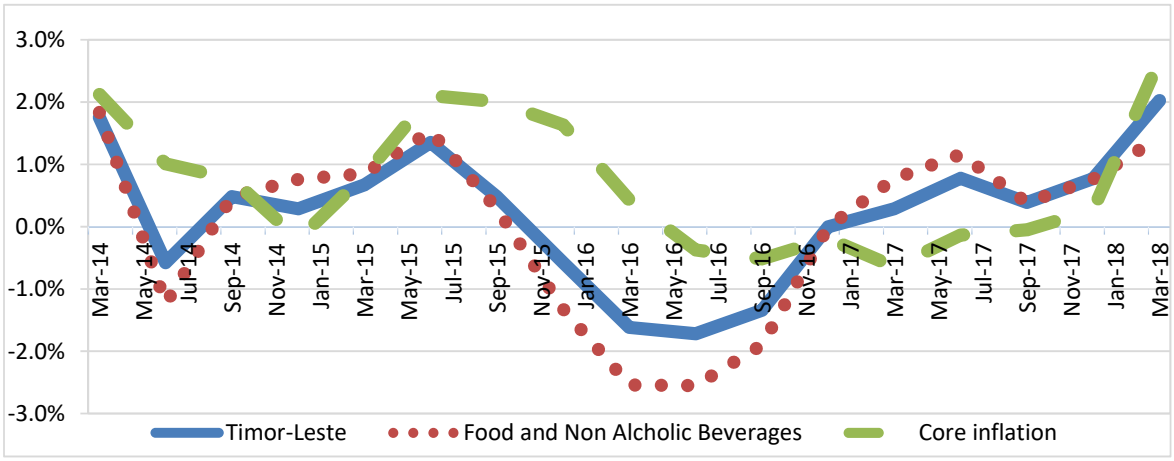
Fonte: Direção de Estatística, Ministério das Finanças 2018

Inflação

A inflação em Timor-Leste tem estado baixa há vários anos, após um período de preços altos e voláteis entre 2011 e 2013. Esta inflação reduzida ou negativa é consistente com a estratégia de redução de pobreza do Governo, que pretende dar maior poder de compra aos consumidores e empresas Timorenses. Em 2015 a inflação apresentou um valor médio de 0,6%, que desceu para os -1,3% em 2016. Esta flutuação deve-se sobretudo a fatores tais como os preços do petróleo e dos alimentos, que caíram em princípios de 2016. Em dezembro de 2016 Timor-Leste saiu da situação de deflação e começou a ter uma inflação reduzida e estável. Este valor começou a aumentar recentemente, sendo que em março de 2018 a inflação homóloga em Timor-Leste foi de 2,0%. Esta taxa está abaixo do alvo de 4% a 6% definido no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Governo.

Timor-Leste continua a gozar de um nível de inflação baixo. Tal como detalhado na Secção 2.3.1.2, a força do dólar e os preços baixos do petróleo e dos alimentos são as principais razões para a baixa taxa de inflação de Timor-Leste, ainda que esta tenha vindo a aumentar recentemente. Em face do peso considerável dos alimentos e das bebidas não-alcoólicas no cabaz do IPC e da proporção elevada de alimentos importados por Timor-Leste a cada ano, os preços internacionais dos alimentos continuam a ser um dos principais fatores determinantes da taxa global do IPC, pelo que o MF continuará a monitorizar os níveis dos preços. O índice de preços dos alimentos da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) aumentou +0,8% em março relativamente ao período homólogo do ano anterior, após um período de descida em princípios de 2018. Isto pode colocar alguma pressão para aumentar a inflação em Timor-Leste. Os preços dos alimentos domésticos aumentaram +1,4% em março, com base nos aumentos dos preços internacionais dos alimentos na última parte de 2017. Estes aumentos nos preços dos alimentos domésticos continuam pouco significativos e é esperado que os mercados atuais internacionais de alimentos venham a ter um impacto moderado, porém positivo, nos preços dos alimentos domésticos num futuro próximo. Um aumento único de 17% nos custos da educação afetará a inflação anual em Timor-Leste durante 2018, vindo a exercer pressão ascendente desde o início de 2018.

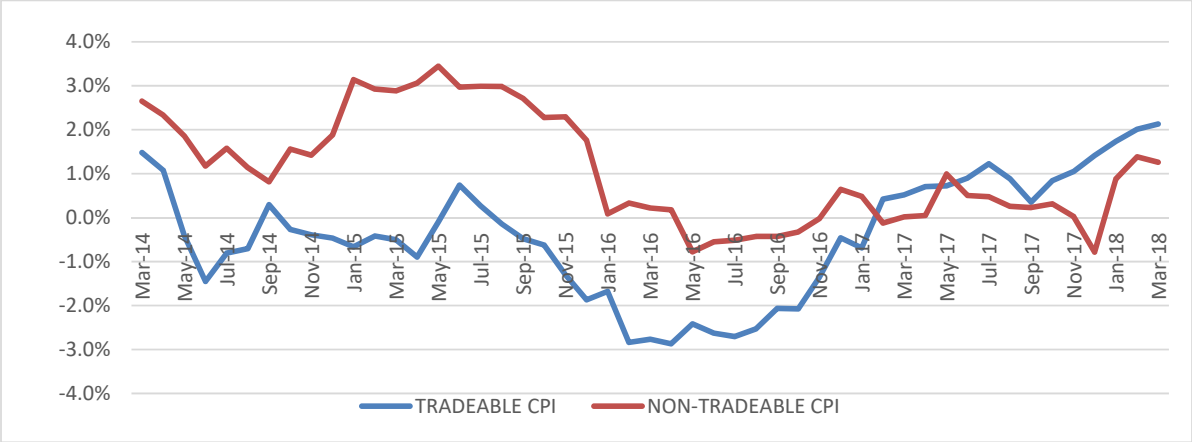
Figura 2.3.2.2.3: Alteração no Índice de Preços no Consumidor em Timor-Leste entre 2014 e 2018 (%)



Fontes: Direção Nacional de Política Económica e Direção de Estatística, Ministério das Finanças 2018

A inflação em Timor-Leste pode ser dividida entre atividades comerciais e atividades não-comerciais, com dados disponíveis referentes a março de 2013. O setor comercial apresentou uma inflação homóloga de 2,1% em Março de 2018, comparativamente com 1,3% no setor não-comercial. Temos assim que as importações e os preços internacionais dos alimentos foram importantes para determinar a evolução da inflação.

Figura 2.3.2.2.4: Índices de Preços no Consumidor comercial e não-comercial entre 2014 e 2018 (%)



Fontes: Direção Nacional de Política Económica e Direção de Estatística, Ministério das Finanças 2018

2.3.2.3: Emprego

Segundo o Índice de Atividade Empresarial (IAE), havia 58.200 pessoas com emprego formal em Timor-Leste em 2016. Isto representa uma redução de 5,1% relativamente a dezembro de 2015.

A Tabela 2.3.2.3.1 mostra que o setor da construção é o que mais contribui para esta redução no emprego, com os postos de trabalho no setor da construção a diminuírem 7% entre 2015 e 2016. Em contrapartida, registaram-se subidas nos setores sector manufactureiro (+10%) e das Finanças e Seguros (+17%).

Dentro do setor público, o número de funcionários públicos permanece quase inalterado nos últimos anos, com 34.307 em 2015, 34.594 em 2016 e 34.194 em 2017.

Tabela 2.3.2.3.1: A contribuição dos setores para o crescimento do emprego entre 2015 e 2016

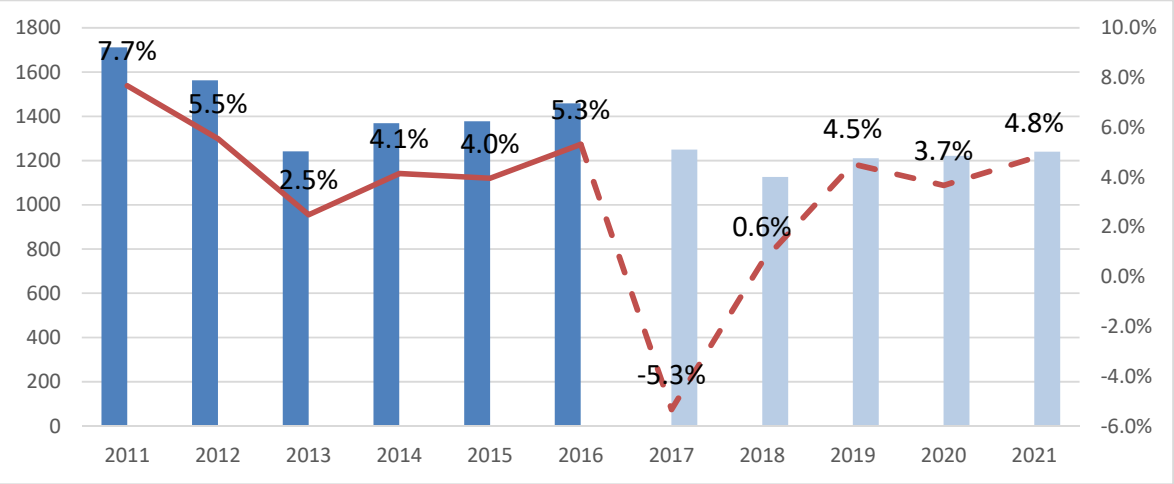
Setores	N.º de empregados em 2015	N.º de empregados em 2016	Percentagem em 2016	Aumento no número de empregados
Manufatura	2.900	3.200	5	10%
Construção	20.000	18.600	32	-7%
Comércio grossista e de retalho	17.400	17.100	29	-2%
Transportes e armazenamento	1.000	900	2	-10%
Hotelaria e restauração	5.100	5.000	9	-2%
Informações e comunicações	1.400	1.200	2	-14%
Finanças e seguros	600	700	1	17%
Outras indústrias industries	12.900	11.500	20	-11%
Total	**61.300**	**58.200**	**100**	**-5%**

Fonte: Levantamento da Atividade Empresarial, 2016

2.3.3: Perspetivas no Curto a Médio Prazo (2017 a 2021)

O Ministério das Finanças prevê um crescimento do PIB não-petrolífero de -5,3% em 2017, passando para valores positivos em 2018 e assumindo uma tendência de crescimento de 4% a 5% a médio prazo (ver figura 2.3.3.1). O desempenho económico foi afetado por um cenário incerto em 2017, que causa pressões descendentes em 2018. Os fatores que contribuíram para o crescimento baixo em 2017 incluíram incerteza política, despesas governamentais reduzidas, despesas menores por parte de parceiros de desenvolvimento e de instituições sem fins lucrativos e uma colheita fraca de café. Todavia não se pensa que esta descida tenha afetado os níveis de vida, uma vez que o consumo das famílias se manteve essencialmente inalterado. O Governo está a implementar políticas, incluindo com este orçamento, para regressar ao crescimento e permitir um maior consumo das famílias. É esperado que o crescimento volte a ser positivo já na parte final de 2018, já que projetos de grande dimensão financiados pelo Governo entrarão em fases de maiores gastos e que a despesa governamental regressará ao normal após o regime de duodécimos. Ao longo do tempo, os ativos de infraestruturas resultantes de investimentos públicos e de reformas legais criarão um cenário propício a um forte crescimento no setor privado.

Figura 2.3.3.1 Despesas governamentais executadas (em milhões de USD, à esquerda) e crescimento real do PIB não-petrolífero (à direita)



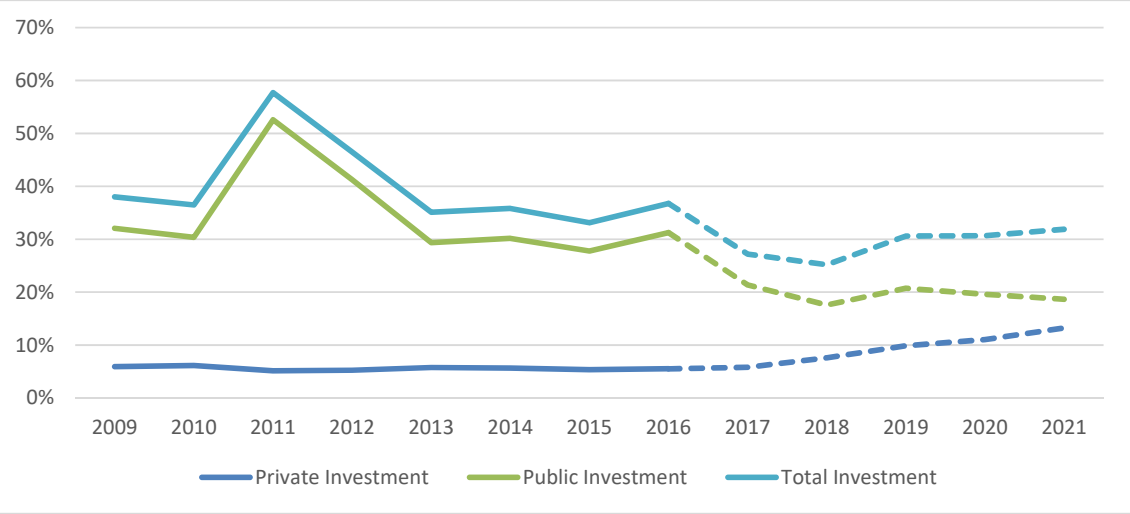
Fontes: Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste 2000-2016, Direção-Geral de Estatística (MF, 2018) e Previsões Económicas (Direção Nacional de Política Económica, M-F, 2018)

O Governo de Timor-Leste continuou a investir em infraestruturas essenciais durante 2017. O programa de eletrificação apresta-se a concluir a ligação do país à rede elétrica através da colocação dos últimos cabos de transmissão, subestações e infraestruturas que permitirão fornecimento e manutenção continuados. Continuam a ser construídas e melhoradas estradas e pontes, permitindo transporte mais eficaz e mais barato dentro do país, o que é vital para o desenvolvimento do setor privado. Investimentos concluídos recentemente,

como por exemplo a cervejeira Heineken, asseguram agora empregos de alta qualidade no fabrico. A médio prazo os investimentos em larga escala do setor privado resultarão num aumento significativo no investimento do setor privado ao longo do período previsto. 2018 será o ano da construção do Porto da Baía de Tibar e do alargamento de propriedades atuais de comércio grossista e de retalho por todo o país. Estes investimentos são consistentes com a estratégia económica do Governo, que inclui também investimentos continuados em termos de capital humano e educação, com o intuito de atrair investidores e assim criar emprego a nível nacional.

O panorama a médio prazo para os consumidores Timorenses é igualmente positivo, sendo esperado que o consumo continue a crescer de forma estável, incentivado por uma inflação baixa. A médio prazo é de prever que este cenário se mantenha, em face das taxas de crescimento regional, do panorama dos preços internacionais dos alimentos e das projeções cambiais (ver figura 2.3.1.2.2).

Figura 2.3.3.2: Investimento enquanto % do PIB não-petrolífero, 2009 a 2021



Fontes: Contas Nacionais de Timor-Leste 2008-2016, Direção-Geral de Estatística e Estimativas Económicas, Direção Nacional de Política Económica Ministério das Finanças 2018

2.4: Monitorização dos Indicadores Socioeconómicos

2.4.1: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs)

Introdução

Em 2012 o Secretário-Geral da ONU estabeleceu o Painel de Alto Nível de Pessoas Eminentes, composto por 27 membros, com Timor-Leste a ser representado pelo Presidente do g7+. Este painel estabeleceu o primeiro esboço dos ODSs.

A tabela seguinte apresenta os 17 objetivos dos ODSs aprovados na assembleia geral da ONU e que os países deverão agora implementar.

Tabela 2.4.1.1: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo 1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares
Objetivo 2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
Objetivo 3	Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
Objetivo 4	Garantir uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
Objetivo 5	Alcançar a igualdade de género e capacitar todas as mulheres e raparigas
Objetivo 6	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos
Objetivo 7	Garantir o acesso a energia fiável, sustentável, moderna e a preço acessível para todos
Objetivo 8	Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos
Objetivo 9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
Objetivo 10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
Objetivo 11	Tornar as cidades e os povoamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
Objetivo 12	Garantir padrões de produção e de consumo sustentáveis
Objetivo 13	Tomar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos
Objetivo 14	Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos, para o desenvolvimento sustentável
Objetivo 15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir as florestas de forma sustentável, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e estancar a perda de biodiversidade
Objetivo 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis
Objetivo 17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Progresso

A tabela seguinte mostra a concretização por parte de Timor-Leste dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), com base no mais recente Estudo Demográfico e de Saúde conduzido em 2016 e publicado em 2018. O EDS contém os dados mais recentes relativamente a tendências nos ODSs. A maior parte dos indicadores dos ODSs comparáveis com os valores do estudo de 2016 é apresentada na tabela. Os indicadores não comparáveis são deixados em branco.

No geral, regista-se uma melhoria no **ODS 2**, sobretudo nas áreas do atrofiamento e da má-nutrição entre crianças, que apresentam respetivamente reduções de 58% para 45,6% e de 44,7% para 29,5%. Todavia a desnutrição entre crianças com menos de 5 anos aumentou de 19% para 24% e a obesidade entre crianças com menos de 5 anos aumentou de 5% para 5,5%.

Regista-se uma melhoria considerável nos indicadores do **ODS 3**, com destaque para a área dos partos assistidos por profissionais de saúde qualificados, onde se verificou uma subida de 29,9% para 56,7 porcento. Também outros indicadores desceram, tais como a mortalidade de crianças com menos de 5 anos (64 para 41 por cada 1000) e a mortalidade neonatal (30 para 19 por cada 1000).

Apesar das melhorias consideráveis no ODS 3, regista-se um ligeiro aumento da percentagem de violência sexual e psicológica no **ODS 5.** A violência sexual aumentou de 2,9% para 4,8%, ao passo que a violência psicológica aumentou de 0,6% para 8,3%. Em contrapartida, a violência física baixou 0,4%.

No **ODS 6**, a proporção da população que utiliza serviços de água potável geridos de forma segura aumentou de 64% para 79,8%. Já a proporção da população que utiliza serviços de saneamento geridos de forma segura, incluindo lavagem de mãos com água e sabão, aumentou 10,8 pp a partir de 43%.

No **ODS 7** registou-se um aumento muito acentuado na proporção da população com acesso a eletricidade, que passou dos 38,9% para os 76,5%.

No **ODS 16**, a proporção de crianças com menos de 5 anos cujos partos foram registados por uma autoridade civil aumentou de 55,2% para 60,4%.

Tabela 2.4.1.2: Resumo das concretizações a nível dos ODS, com base no Estudo Demográfico e de Saúde

Objetivo	Indicador	Percentagem	
		2010	2016
2	Prevalência de atrofiamento entre crianças com menos de 5 anos de idade	58	45,6
	Prevalência de má nutrição entre crianças com menos de 5 anos de idade	44,7	29,5
	a. Prevalência de desnutrição entre crianças com menos de 5 anos de idade	19	24
	b. Prevalência de obesidade entre crianças com menos de 5 anos de idade	5	5,5

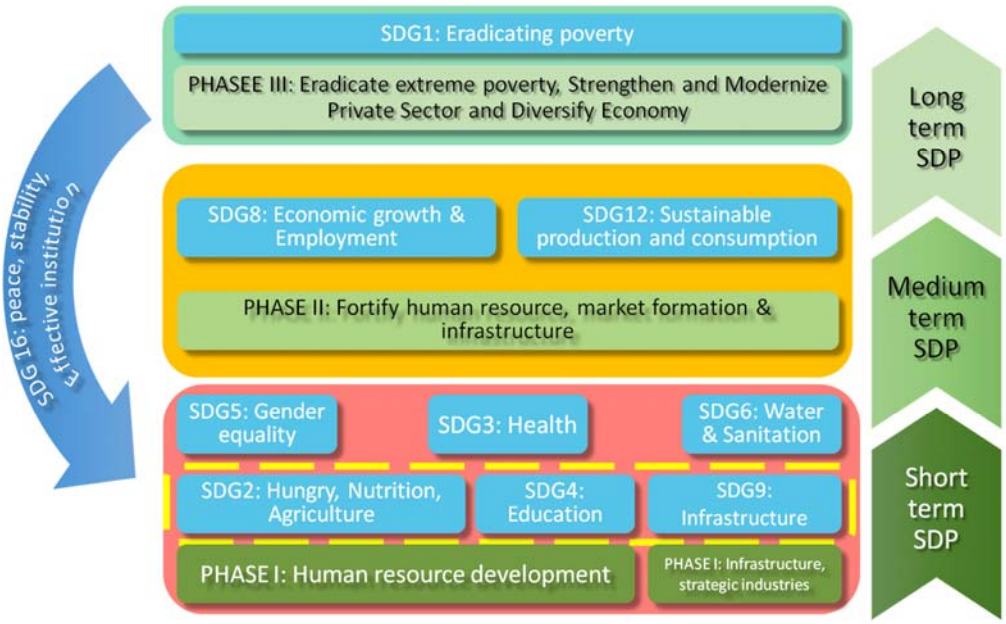
Objetivo	Indicador	Percentagem	
		2010	2016
3	Proporção de partos assistidos por profissionais de saúde qualificados	29,9	56,7
	Taxa de mortalidade de crianças abaixo dos cinco anos (por 1.000)	64	41
	Taxa de mortalidade neonatal (por 1.000)	30	19
	Proporção das mulheres em idade reprodutiva (15 aos 49 anos) cujas necessidades a nível de planeamento familiar são satisfeitas através de métodos modernos	-	46,6
	Taxa de nascimentos entre mulheres adolescentes (15 aos 19 anos) por 1.000 mulheres	-	42
	Prevalência do uso habitual do tabaco entre pessoas a partir dos 15 anos	-	28,4
	Proporção da população alvo abrangida por todas as vacinas incluídas no programa nacional	-	45,2
5	Proporção de mulheres e raparigas a partir dos 15 anos sujeitas a violência física, sexual ou psicológica por parte de um companheiro atual ou anterior nos últimos 12 meses	-	30,7
	a. Violência física	33,5	33,1
	b. Violência sexual	2,9	4,8
	c. Violência psicológica	8,3	8,9
	Proporção das mulheres entre 20 e 24 anos que casaram ou estiveram unidas de facto antes dos 15 anos e antes dos 18 anos	-	-
	a. antes dos 15 anos	-	2,6
	b. antes dos 18 anos	-	14,9
	Proporção das mulheres entre 15 e 49 anos que tomam decisões informadas sobre relações sexuais, uso de contracetivos e cuidados de saúde reprodutiva	-	35,9
	Proporção de indivíduos com telemóvel	-	71,4
6	Proporção da população que utiliza serviços de água potável geridos de forma segura	64	79,8
	Proporção da população que utiliza serviços de saneamento geridos de forma segura, incluindo lavagem de mãos com água e sabão	43	53,8
7	Proporção da população com acesso a eletricidade	38,9	76,5
	Proporção da população que utiliza sobretudo combustíveis limpos e tecnologia	-	9
8	Proporção dos adultos (a partir dos 15 anos) com conta num banco ou outra instituição financeira ou com um prestador de serviços de pagamento por telemóvel	-	13,4
16	Proporção das crianças com menos de 5 anos de idade cujos partos foram registados por uma autoridade civil	55,2	60,4
17	Proporção de indivíduos que utilizam a Internet	-	26,8

Fonte: Relatório do Estudo Demográfico e de Saúde de Timor-Leste 2016, e Relatório do Estudo Demográfico e de Saúde de Timor-Leste 2011

2.4.2: Alinhamento com o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED)

O grupo de trabalho dos ODSs irá trabalhar no sentido de alinhar o Plano Estratégico de Desenvolvimento com os ODSs, tal como se pode ver no diagrama seguinte:

Figura 2.4.2.1: Alinhamento do PD com os ODSs



O bloco vermelho mostra o alinhamento dos objetivos da Fase 1 do PED a nível de desenvolvimento de recursos humanos, indústrias estratégicas e infraestruturas com os objetivos dos ODSs a nível de erradicação da fome, desenvolvimento de infraestruturas de ensino de qualidade e garantia de uma população saudável, igualdade de género e água limpa e saneamento para todos.

O bloco amarelo mostra o alinhamento dos objetivos da Fase 2 do PED a nível de maior desenvolvimento dos recursos humanos, infraestruturas e formação de mercados com os objetivos dos ODSs a nível de crescimento económico, emprego e consumo e produção sustentáveis.

Por fim, o bloco turquesa mostra o alinhamento dos objetivos da Fase 3 do PED de erradicação da pobreza extrema, fortalecimento do setor privado e modernização e diversificação da economia com o objetivo do PED de erradicar a pobreza.

2.5: Despesa e compromissos dos Parceiros de Desenvolvimento

Em 2018 as fontes combinadas do Orçamento do Estado totalizam 1.461,3 milhões de dólares. Este total é composto por 1.279,6 milhões em despesas governamentais (incluindo 61,6 milhões em projetos financiados por empréstimos) e 181,7 milhões a partir de parceiros de desenvolvimento.

O total do Orçamento de Estado para 2018 é ligeiramente inferior ao que tinha sido alocado para 2017. Isto deve-se sobretudo a uma redução considerável nas Transferências Públicas em resultado da descida da alocação para a Região Administrativa Especial de Oecusse Ambeno (RAEOA) e e para as Zonas Especiais de Economia Social de Mercado (ZEESM) de Oecusse Ambeno e Ataúro, comparativamente com 2017.

Devido ao atraso no envio do Orçamento de Estado para 2018, toda a despesa governamental até aqui ocorreu sob o regime de duodécimos do Orçamento de Estado para 2017. O Orçamento de Estado para 2018 apresenta alocações para a totalidade de 2018, incluindo o que já foi gasto desde o início do ano. Incluem-se algumas tabelas para discriminar o ano em três períodos, de modo a mostrar de forma clara o período sob o regime de duodécimos. O primeiro período mostra as despesas em 2018 até junho, com base em dados concretos de despesa. O segundo mostra a despesa prevista em julho e agosto, ainda sob o regime de duodécimos. O terceiro período mostra o restante do ano, refletindo quando pode ser gasto sob as alocações do Orçamento de Estado para 2018, as quais deverão abranger o período entre Setembro e Dezembro.

Aquando da tomada de posse o VIII Governo Constitucional viu-se confrontado com vários compromissos financeiros pendentes que foi obrigado a pagar. Estas despesas dizem respeito a atividades e situações históricas ocorridas sob governos anteriores, sendo que o novo Governo considera essencial pagar estas obrigações e valores em dívida através do Orçamento de Estado para 2018, de modo a promover uma gestão financeira sólida e a permitir um bom planeamento e orçamentação futuros.

2.5.1: Alterações à Estrutura de Governo

O VIII Governo Constitucional passou por várias alterações estruturais com vista a alinhar-se melhor com as suas prioridades e a posicionar-se melhor para concretizar os objetivos do seu programa. A presente secção explica as alterações principais à estrutura de governo. As alterações estruturais efetuadas pelo VIII Governo Constitucional são comparadas com a estrutura do VI Governo Constitucional, uma vez que as propostas orçamentais do VII

Governo Constitucional não foram aprovadas e que todos os pagamentos e alocações orçamentais se encontram ainda sob a estrutura do VI Governo.

- Foi criado o **Ministério da Reforma Legislativa e dos Assuntos Parlamentares**, com o objetivo de fiscalizar as diversas reformas institucionais e jurídicas do Governo. A **Secretaria de Estado para a Comunicação Social** passou a estar sob a alçada deste novo ministério, tal como a Comissão da Reforma Legislativa e do Setor da Justiça, que estava anteriormente subordinada ao Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros.

- Foi criado o **Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura**, com o objetivo de continuar a melhorar a qualidade do ensino superior em Timor-Leste. Para lá de assumir os programas do Ministério da Educação referentes ao ensino superior, o novo ministério passa também a ter sob a sua alçada a **Secretaria de Estado das Artes e Cultura**, com programas relevantes retirados do Ministério do Turismo, Arte e Cultura.

- A **Secretaria de Estado da Juventude e Desporto** saiu da alçada do Ministério da Educação para formar o **Ministério da Educação, Juventude e Desporto**. Todos os programas relativos a ensino superior, ciência e tecnologia transitaram do Ministério da Educação para o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura.

- A Secretaria de Estado do Conselho de Ministros e a Secretaria de Estado para os Assuntos Parlamentares foram dissolvidas, com os seus programas principais a transitarem para o **Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros**.

- O Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Económicos transformou-se no **Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos**. Este gabinete agora supervisiona três Secretarias de Estado: a **Secretaria de Estado para a Política da Formação Profissional e Emprego**; a **Secretaria de Estado do Desenvolvimento do Setor Cooperativo**; e a **Secretaria de Estado do Ambiente**, sendo que as duas últimas são constituídas por programas que transitaram do Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente.

- O **Ministério do Turismo, Comércio e Indústria** foi formado a partir dos programas restantes do Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente e dos programas de turismo do Ministério do Turismo, Artes e Cultura.

- Todos os programas relativos a antigos combatentes da libertação nacional transitaram do Ministério da Solidariedade Nacional para formar o novo **Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional**, que inclui a **Secretaria de Estado para os Assuntos de Combatentes da Libertação Nacional**.

- O Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Sociais foi dissolvido, com todos os programas relacionados com o apoio a menores a passarem para o Ministério da

Solidariedade Social, que se passou a chamar **Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão**.

- O Ministério das Obras Públicas, Transportes e Telecomunicações foi dividido em dois novos ministérios, nomeadamente o **Ministério das Obras Públicas** e o **Ministério dos Transportes e Comunicações**.
- A Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção Socio-Económica da Mulher transformou-se na **Secretaria de Estado para a Promoção do Empreendedorismo Feminino**, passando a reportar diretamente ao Primeiro-Ministro.
- Foi criada a **Secretaria de Estado para a Protecção Civil**, a qual passará a reunir-se no Ministério do Interior.
- A Secretaria de Estado do Fortalecimento Institucional e o Ministro de Estado, coordenador dos Assuntos da Administração do Estado e da Justiça foram dissolvidos com vista a aumentar a eficiência a nível de despesa no governo. A poupança de custos resultante da dissolução destas duas entidades será utilizada para apoiar o programa e as prioridades do Governo.

2.5.2: Despesa por Fundos

A despesa governamental está dividida entre o Fundo Consolidado de Timor-Leste (FCTL), o Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH) e empréstimos. O Fundo de Infraestruturas é uma agência autónoma sob o FCTL desde 2016. Todas as alocações desceram em 2018 comparativamente com as alocações para o Orçamento de Estado para 2017: o FDCH desceu 12,3%, os desembolsos de empréstimos desceram 39,5% e o FCTL desceu 5,1%.

Tabela 2.5.2.1: Despesa por fundos, em milhões de USD

	2016 Concreto	2017 Provisório	2018 Orçam.	2019	2020	2021	2022
Orçamento de Fontes Combinadas	**1.834,5**	**1.369,6**	**1.461,3**	**1.772,9**	**1.480,8**	**1.309,1**	**1.303,8**
Despesas governamentais por fundo	**1.629,9**	**1.192,9**	**1.279,6**	**1.633,9**	**1.365,3**	**1.256,7**	**1.303,8**
FCTL (excluindo empréstimos)	1.570,6	1.138,9	**1.194,1**	**1.522,1**	**1.299,4**	**1.216,4**	**1.266,2**
FDCH	28,7	23,9	**23,9**	24,8	25,8	26,8	27,9
Empréstimos (desembolsos)	30,6	30,1	**61,6**	87,0	40,0	13,5	9,7
Compromissos de Parceiros de Desenvolvimento	**204,6**	**176,7**	**181,7**	**139,0**	**115,5**	**52,4**	**-**

Fontes: Direção Nacional do Orçamento e Unidade de Gestão de Parcerias de Desenvolvimento, Ministério das Finanças, 2018

2.5.3: Despesa do FCTL

O FCTL é a conta central do Governo e inclui todas as despesas de linhas ministeriais e agências autónomas, à exceção do FDCH. Dentro do FCTL as despesas correntes e de capital estão divididas por cinco categorias de dotação, tal como se pode ver na Tabela 2.5.3.1. A Tabela 2.5.3.2 mostra os orçamentos efetivos para os quatro últimos meses de 2018, após se levar em conta a despesa já ocorrida até aqui.

O total das alocações no FCTL diminuirá 5,1% em 2018 comparativamente com o Orçamento de Estado para 2017. Isto é impulsionado por uma redução considerável na alocação para Transferências Públicas, que desceu 37,8% comparativamente com a alocação para 2017.

Devido a despesas baixas sob o regime de duodécimos as alocações de Bens e Serviços para muitos ministérios e agências também diminuíram. Todavia o orçamento para a categoria no seu todo aumentou 8,1% comparativamente com a alocação para 2017, impulsionado pelos requisitos de financiamento para pagar diversas obrigações e compromissos pendentes. A secção 2.5.3.7. contém mais detalhes sobre estes pagamentos únicos.

A alocação para Capital e Desenvolvimento aumentou 33,7% em 2018 comparativamente com o Orçamento de Estado para 2017, já que o Governo procura garantir que os principais projetos de infraestruturas se conseguem desenvolver a bom ritmo, tal como previsto no programa e prioridades do Governo.

Tabela 2.5.3.1: Discriminação da despesa do FCTL, em milhões de dólares

	2016 Concreto	2017 Provisório	2018 Orçamento	2019	2020	2021	2022
Total da despesa do FCTL	**1.570,6**	**1.138,9**	**1.194,1**	**1.522,1**	**1.299,4**	**1.216,4**	**1.266,2**
Corrente	**999,0**	**907,5**	**860,0**	**894,4**	**930,2**	**967,4**	**1.006,1**
Salários e vencimentos	178,6	197,2	**200,3**	208,3	216,7	225,3	234,3
Bens e serviços	349,4	304,5	**397,8**	413,7	430,3	447,5	465,4
Transferências públicas	471,1	405,8	**261,9**	272,4	283,3	294,6	306,4
Capital	**571,6**	**231,4**	**334,1**	**627,6**	**369,2**	**249,0**	**260,1**
Capital menor	20,8	13,1	**3,7**	3,8	4,0	4,1	4,3
Capital e desenvolvimento	550,7	218,3	**330,4**	623,8	365,3	244,8	255,8
Fundo de Infraestruturas (Agências autónomas, excluindo empréstimos)	-	200,8	**323,6**	616,7	357,9	237,1	247,8

Fonte: Direção Nacional do Orçamento, Ministério das Finanças, 2018

Tabela 2.5.3.2: Despesa do FCTL durante 2018, em milhões de USD

	2018 Orçamento	2018 DOT Concreto Janeiro a Junho	2018 DOT Estimativa Julho a Agosto	2018 Orçamento Efetivo Setembro a Dezembro
Total da despesa do FCTL	**1.194,1**	**397,3**	**99,2**	**697,6**
Corrente	**860,0**	**296,2**	**81,5**	**482,3**
Salários e vencimentos	200,3	89,1	29,7	**81,5**
Bens e serviços	397,8	119,4	29,9	**248,5**
Transferências públicas	261,9	87,7	21,9	**152,3**
Capital	**334,1**	**101,1**	**17,8**	**215,3**
Capital menor	3,7	0,0	0,0	**3,7**
Capital e desenvolvimento	330,4	101,1	17,8	**211,6**
Fundo de Infraestruturas (Agências autónomas, excluindo empréstimos)	323,6	98,3	17,8	**207,5**

Fonte: Direção Nacional do Orçamento, Ministério das Finanças, 2018

2.5.3.1: Salários e Vencimentos

A alocação para salários e vencimentos desceu 4,5% no Orçamento de Estado para 2018 comparativamente com a alocação para 2017. Esta descida resultou do facto de muitos ministérios e agências terem feito orçamentos excessivos para esta categoria em 2017, na expectativa de que fossem ser contratados funcionários adicionais durante o ano. Contudo, por diversas razões estas novas contratações não se concretizaram. Assim sendo os orçamentos foram ajustados de modo a refletir melhor as necessidades atuais e os compromissos com os funcionários públicos existentes em 2018.

2.5.3.2: Bens e Serviços

O orçamento para bens e serviços em 2018 deverá aumentar 8,1% comparativamente com a alocação no Orçamento de Estado para 2017, fazendo desta a maior categoria a nível de despesas correntes, com 397,8 milhões de dólares. Importa porém notar que uma parte significativa do orçamento para Bens e Serviços em 2018 (79,8 milhões) está alocada para o pagamento de obrigações e compromissos pendentes relativos a bens e serviços prestados em anos anteriores e que anda não foram pagos por inteiro. A secção 2.5.3.7. contém mais detalhes sobre isto.

Devido às baixas taxas de execução durante a aplicação do regime de duodécimos em 2018, bem como ao facto de os ministérios só irem ter quatro meses para gastar as novas alocações orçamentais, a maior parte dos ministérios e agências teve os seus orçamentos para bens e serviços reduzidos em relação a 2017. Deve-se notar, contudo, que estas alocações foram feitas devido às circunstâncias excecionais em 2018 e à aplicação do regime de duodécimos durante a maior parte do ano, pelo que não representam necessariamente a dimensão das alocações referentes a bens e serviços para instituições em anos futuros.

Medidas

As principais medidas relativas a bens e serviços são as seguintes:

- 82,1 milhões de dólares para o Ministério das Obras Públicas, destinados à compra de combustível e à manutenção de geradores elétricos em Hera e Betano. O fornecimento de eletricidade a todo o país é essencial para se gerar crescimento e desenvolvimento no país inteiro.

- 22,4 milhões alocados para Dotações para Todo o Governo, destinados ao fundo de contingência. Este dinheiro ficará disponível caso qualquer ministério se veja em dificuldades financeiras devido a circunstâncias inesperadas que necessitem de uma resolução urgente.

- 18,1 milhões para Dotações para Todo o Governo, destinados a serviços jurídicos. Este dinheiro permitirá ao Estado defender-se em vários processos judiciais.

- 18 milhões para Dotações para Todo o Governo, destinados a apoiar as eleições gerais de 2017 e eleição parlamentar de 2018. As eleições recentes foram importantes, já que permitiram a Timor-Leste continuar a estabelecer-se como país com princípios e processos democráticos sólidos.

- 14,4 milhões para os Municípios, destinados ao programa de merendas escolares, subsídios a escolas e custos e serviços operacionais de autoridades administrativas.

- 10,3 milhões para o SAMES, destinados a comprar medicamentos que permitam melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados em todo o país.

- 4,8 milhões para o Ministério das Obras Públicas, destinados ao programa de água limpa e saneamento em áreas rurais e urbanas.

- 4,6 milhões para Dotações para Todo o Governo, destinados ao Fundo de Contrapartida.

- 4,6 milhões para o Ministério da Justiça, destinados ao programa Ita nia Rai e ao levantamento cadastral. Estes são programas essenciais para melhorar os direitos sobre terras em Timor-Leste, o que é um fator fundamental para a segurança pessoal e para promover o crescimento económico.

- 2,5 milhões para Dotações para Todo o Governo, destinados ao pagamento de quotas de membro em instituições internacionais.

- 2 milhões para Dotações para Todo o Governo, destinados a apoiar o programa de Reforma Fiscal, a Reforma da Gestão de Desempenho e a Reforma do Desempenho Orçamental. Estas reformas são vitais para reforçar a Gestão das Finanças Públicas através do Governo.

- 1,1 milhões para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, destinados a cobrir novos custos com a prestação de bens e serviços a diversas embaixadas e consulados.

- 0,5 milhões para o Ministério da Saúde, destinados a comprar alimentos para os pacientes. Estas despesas ajudarão a melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados no país.

- 0,3 milhões para a Administração Portuária de Timor-Leste, destinados à compra de combustível para o ferry Berlin Nakroma, de modo a garantir que este continua a funcionar e a permitir à população de Timor-Leste aceder a Oecusse e Ataúro.

- 0,1 milhões para o Ministério da Educação, Juventude e Desporto destinados à impressão de materiais para escolas.

2.5.3.3: Transferências Públicas

As transferências públicas englobam todo o dinheiro que o Governo gasta com concessões públicas e pagamentos consignados. A alocação para esta categoria apresenta uma descida acentuada em 2018, passando para os 261,9 milhões de dólares. Isto representa uma redução de 37,8% comparativamente com o Orçamento de Estado para 2017. Esta descida é motivada por uma alocação menor para a Região Administrativa Especial de Oecusse Ambeno (RAEOA) e para as Zonas Especiais de Economia Social de Mercado (ZEESM) de Oecusse Ambeno e de Ataúro, uma vez que estas ainda utilizam fundos por gastar de anos anteriores para projetos de infraestruturas em curso e não necessitam de financiamento adicional a nível de capital em 2018. A sua alocação para 2018 cobrirá todas as despesas correntes para a região no presente ano.

Medidas

As principais medidas em termos de transferências públicas incluem:

- 99 milhões para o Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional, destinados a pagar pensões e a prestar um apoio mais amplo aos antigos combatentes da libertação nacional. Este programa apoia alguns dos cidadãos mais vulneráveis e merecedores em Timor-Leste.

- 48,1 milhões para o Ministério da Solidariedade Social e Inclusão, destinados a programas sociais, incluindo as pensões por velhice e invalidez, o programa Bolsa de Mãe e apoio a vítimas de catástrofes naturais. Estes programas zelam por grupos vulneráveis e merecedores e contribuem para a redução da pobreza.

- 28 milhões para a Região Administrativa Especial de Oecusse Ambeno (RAEOA) e para as Zonas Especiais de Economia Social de Mercado (ZEESM) de Oecusse Ambeno e de Ataúro.

- 13,7 milhões para Dotações para Todo o Governo, destinados ao pagamento de pensões a funcionários públicos efetivos sob o regime contributivo.
- 12,4 milhões para o Ministério da Saúde, destinados a tratamentos no estrangeiro, cuidados de saúde primários e ao subsídio para os médicos cubanos a trabalhar em Timor-Leste. Estes investimentos são importantes para continuar a melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados à população.
- 12,1 milhões para o Ministério do Petróleo e Recursos Minerais, destinados a apoiar a Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais (ANPM), o TIMOR GAP e o Instituto de Petróleo e Geologia (IPG). Este dinheiro é necessário para garantir que Timor-Leste retira o máximo de benefícios dos seus recursos naturais.
- 7,5 milhões para os Municípios, destinados a apoiar atividades de limpeza urbana, programas de merendas escolares e concessões escolares, bem como a contribuir para o desenvolvimento rural e para um crescimento inclusivo.
- 6,5 milhões para Dotações para Todo o Governo, destinados a apoiar as atividades da Igreja em Timor-Leste, em linha com os planos e políticas do Governo.
- 6,0 milhões para a Comissão Nacional de Eleições. Esta despesa providenciará subsídios a partidos políticos, os quais continuam a desenvolver e reforçar o processo democrático em Timor-Leste.
- 5,4 milhões para Dotações para Todo o Governo, destinados a pagar uma pensão vitalícia a antigos líderes e membros de órgãos de soberania, em reconhecimento da sua dedicação e dos serviços prestados ao país.
- 5,0 milhões para Dotações para Todo o Governo, destinados a capitalizar o Banco Central de Timor-Leste (BCTL). Esta capitalização ajudará a continuar o desenvolvimento do setor financeiro do país.
- 4,5 milhões para Dotações para Todo o Governo, destinados a amortizar empréstimos.
- 3,5 milhões para o Gabinete do Primeiro Ministro, destinados a prestar apoio a ONGs e a diversas atividades da Igreja.
- 2,4 milhões para o Ministério da Educação, Juventude e Desporto, destinados a apoiar diversos eventos desportivos e atividades de jovens durante o ano.
- 2 milhões para Dotações para Todo o Governo, como contribuição para o apoio financeiro internacional a causas humanitárias no estrangeiro.
- 1,1 milhões para Dotações para Todo o Governo, destinados ao Secretariado do g7+. O trabalho deste secretariado garante que a voz dos estados frágeis é ouvida pela comunidade internacional e influencia a agenda desta.

2.5.3.4: Capital Menor

O capital menor inclui despesas com veículos, mobiliário e outros bens móveis. O orçamento para esta categoria em 2018 apresenta uma redução de 69,7% comparativamente com o Orçamento de Estado para 2017. Toda a despesa a nível de capital menor foi congelada durante a vigência do regime de duodécimos, pelo que esta alocação consideravelmente inferior reflete o facto de que toda a despesa sob esta categoria terá lugar apenas nos últimos quatro meses do ano, após a aprovação do Orçamento de Estado para 2018.

As despesas sob a categoria de capital menor são usadas para a compra de equipamentos de capital, tais como mobiliário e equipamento elétrico, e máquinas que durem vários anos e não precisem voltar a ser compradas num futuro próximo.

Medidas

As principais medidas em termos de capital menor incluem:

- 1,3 milhões para o Ministro do Estado e da Presidência do Conselho de Ministros e para novas entidades criadas pelo VIII Governo Constitucional. Esta verba irá cobrir os custos com equipamento informático, mobiliário e outras despesas iniciais necessárias para apoiar a nova estrutura de governo.
- 0,7 milhões para o Ministério das Finanças, destinados à compra de hardware e de equipamento para atualizar e melhorar o SIIGF.
- 0,5 milhões para o Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico, destinados a vários custos incluindo mobiliário para uma casa para antigos combatentes da libertação nacional e equipamentos para um dormitório no Politécnico de Hera.
- 0,3 milhões para o Ministério das Obras Públicas, destinados à compra de um novo transformador de eletricidade.

2.5.3.5: Capital e Desenvolvimento

A alocação para capital e desenvolvimento em 2018 aumentou 33,7% comparativamente à alocação para 2017. Esta subida é motivada por um aumento de 45,4% na alocação para o Fundo de Infraestruturas, em linha com os requisitos financeiros de projetos em curso. Tal como se pode ver na Tabela 2.5.3.5.1, as alocações relativas a capital e desenvolvimento sob o FCTL dividem-se entre 323,6 milhões para o Fundo de Infraestruturas, 3,1 milhões para o Planeamento de Desenvolvimento Integrado Municipal (PDIM) e 3,7 milhões para outros projetos de capital e desenvolvimento em várias linhas ministeriais.

Tabela 2.5.3.5.1: Despesas de capital e desenvolvimento, em milhões de USD

	2016 Conc.	2017 Provisório	2018 Orçam.	2019	2020	2021	2022
Total de capital e desenvolvimento	**550,7**	**218,3**	**330,4**	**623,8**	**365,3**	**244,8**	**255,8**
Fundo de Infraestruturas (agências autónomas, excluindo empréstimos)	519,0	200,8	323,6	616,7	357,9	237,1	247,8
Programas de Desenvolvimento Distrital	19,5	12,6	3,1	3,2	3,4	3,5	3,6
Ministérios / Agências	12,3	4,9	3,7	3,9	4,0	4,2	4,4

Fontes: Direção Nacional do Orçamento, Ministério das Finanças; Agência Nacional de Desenvolvimento e Secretariado dos Grandes Projetos, Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico, 2018. Relativamente a 2016-2017, os valores do PDIM incluem os gastos de capital com o MPIE.

2.5.3.6: Custos Adicionais com a Nova Estrutura de Governo

Através da sua nova estrutura o VIII Governo Constitucional otimizou ministérios e agências com o intuito de reduzir custos e aumentar a eficiência. Deste modo, os custos da maior parte dos novos ministérios, secretarias de estado e divisões são compensados por poupanças resultantes da eficiência conseguida pela otimização. A Tabela 2.5.3.6.1 detalha as alocações para as divisões criadas na nova estrutura, abrangendo a despesa nos últimos quatro meses do ano.

Tabela 2.5.3.6.1: Custos adicionais com a nova estrutura, em milhares de USD

Novas Divisões	SV	BS	TP	CM	CD	Total Orçam.
Total	**526**	**996**	**0**	**330**	**0**	**1.852**
Gabinete do Ministro da Reforma Legislativa e dos Assuntos Parlamentares	139	581	0	50	0	**770**
Gabinete do Vice-Ministro da Justiça	48	50	0	0	0	**98**
Gabinete do 2.º Vice-Ministro – Ministério da Saúde	90	75	0	50	0	**215**
Gabinete do Ministro para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	61	50	0	50	0	**161**
Secretaria de Estado para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	46	50	0	50	0	**146**
Secretaria de Estado para a Proteção Civil – Ministério do Interior	46	90	0	30	0	**166**
Secretaria de Estado do Desenvolvimento do Setor Cooperativo – Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos	50	50	0	50	0	**150**
Secretaria de Estado do Ambiente – Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos	46	50	0	50	0	**146**

Fonte: Direção Nacional do Orçamento, Ministério das Finanças, 2018

2.5.3.7: Dívidas e Obrigações Contratuais

O VIII Governo Constitucional decidiu resolver diversas dívidas e obrigações contratuais que se acumularam durante os últimos anos e que permanecem por pagar. O pagamento destes compromissos pendentes permitirá um planeamento e uma orçamentação mais precisos no futuro, e garantirá que todas as novas despesas são feitas a partir de alicerces claros e estáveis.

O custo total destes pagamentos no Orçamento de Estado para 2018 é de 87 milhões de dólares. A Tabela 2.5.3.7.1. discrimina a despesa por cada ministério. Estes pagamentos incluem:

- 64,5 milhões para Dotações para Todo o Governo, destinados a reembolsar tributárias pagas em excesso resultantes da extração no campo petrolífero Kitan em anos anteriores.
- 6,9 milhões para o Ministério da Educação, Juventude e Desporto, destinados a financiar o pagamento retroativo em 7 municípios de aumentos salariais a professores que obtiveram promoções entre 2013 e 2017.
- 5,8 milhões para Dotações para Todo o Governo, destinados a permitir o pagamento do saldo de Pagamento Rápido de Des-alfandegamento.
- 4,5 milhões para Dotações para Todo o Governo, destinados contribuir para algumas das contas por pagar da Timor Telecom referentes a serviços de telecomunicações prestados ao Governo em anos anteriores.
- 2,2 milhões para o Ministério das Obras Públicas, destinados a pagar dívidas à EDTL relativas ao consumo de eletricidade.
- 1,5 milhões para a Universidade Nacional de Timor-Leste, destinados a pagar diversas dívidas pendentes acumuladas em 2016 e 2017.
- 0,8 milhões para a Polícia Nacional de Timor-Leste, destinados a cobrir dívidas pendentes relacionadas com manutenção de lanchas, CCTV e telecomunicações.
- 0,5 milhões para a FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste, destinados a pagar diversos subsídios e custos adicionais pendentes relacionados com as recentes eleições.
- 0,3 milhões para o Ministério da Administração Estatal, destinados a cobrir o restante dos custos das eleições nos sucos em 2016.

Tabela 2.5.3.7.1: Dívidas e obrigações contratuais, em milhões de USD

	Categoria de dotação	Alocações no orçamento inicial para compromissos pendentes
Total das obrigações		**87,0**
Dotações para Todo o Governo	BS	74,8
Ministério da Educação, Juventude e Desporto	SV	6,9
Ministério das Obras Públicas	BS	2,2
Universidade Nacional de Timor-Leste	BS + CM	1,5
Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL)	BS	0,8
FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste	BS	0,5
Ministério da Administração Estatal	BS	0,3

Fonte: Direção Nacional do Orçamento, Ministério das Finanças, 2018

2.5.4: Fundo de Infraestruturas

Tal como indicado no Plano Estratégico de Desenvolvimento, a construção e manutenção de infraestruturas vitais produtivas são pilares centrais para o desenvolvimento a longo prazo de Timor-Leste, com vista à criação de emprego e à promoção de crescimento económico sustentável. O Fundo de Infraestruturas foi criado em 2011, com a missão de financiar e fiscalizar projetos de infraestruturas de valor elevado (acima de 1 milhão de dólares), em linha com as prioridades e a visão do Governo. Desde 2011 foi aprovado e alocado ao FI um total de 3,87 mil milhões de dólares, com vista ao financiamento de 22 programas. Isto inclui Parcerias Público-Privadas (PPPs) e empréstimos externos. Em 2016 o Fundo de Infraestruturas passou a operar como agência autónoma.

O VIII Governo Constitucional estabeleceu prioridades de desenvolvimento de infraestruturas na área das infraestruturas físicas básicas, com base em razões sociais e económicas. Isto inclui programas tais como pontes, estradas, água e saneamento e o fornecimento sustentável de eletricidade. Em anos anteriores foram já iniciados muitos projetos relacionados com estas áreas. Para além de se continuar a melhorar estas áreas, serão necessárias outras infraestruturas importantes para apoiar a modernização e o crescimento da economia Timorense, incluindo infraestruturas digitais, infraestruturas de transporte e logística e a criação de um enquadramento mais amplo para apoiar o desenvolvimento industrial. A maior parte dos projetos no Orçamento de Estado para 2018 não é nova, refletindo antes as exigências financeiras atuais de programas já planeados e aprovados em anos anteriores.

O orçamento total para o Fundo de Infraestruturas (excluindo empréstimos) em 2018 é de 323,6 milhões de dólares e abrange 21 programas. Em linha com as necessidades correntes dos programas e com as prioridades governamentais, as maiores fatias do orçamento do Fundo de Infraestruturas em 2018 são alocadas para o programa de estrada (39,8%), o Programa de Desenvolvimento de Tasi Mane (31,1%) e o programa da eletricidade (5%).

Tabela 2.5.4.1: Projeções do Fundo de Infraestruturas, em milhões de USD

	2017 Provisório	2018 Orçam.	2019	2020	2021	2022
Total das Infraestruturas (incluindo empréstimos)	**230,9**	**385,2**	**703,7**	**397,9**	**250,6**	**257,5**
Total das Infraestruturas (excluindo empréstimos)	**200,8**	**323,6**	**616,7**	**357,9**	**237,1**	**247,8**
Agricultura	2,8	3,8	3,4	6,1	5,1	1,5
Água e Sanitação	0,2	0,6	15,9	0,3	0,0	0,0
Desenvolvimento Urbano e Rural	5,0	5,4	9,5	3,3	1,0	1,0
Edifícios Públicos	1,1	10,2	12,9	9,0	5,6	6,0
Educação	0,2	1,7	30,2	25,0	17,1	9,1
Energia Eléctrica	12,2	16,1	25,2	0,1	0,0	0,0
Equipamento Informático	1,6	8,0	5,7	2,4	0,0	0,0
MDG	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saúde	0,0	1,9	0,5	5,0	2,5	2,5
Segurança e Defesa	0,4	4,4	4,1	3,9	0,7	0,5
Solidariedade Social	0,0	0,1	1,6	0,0	0,0	0,0
Tasi Mane	67,8	100,5	108,1	196,2	185,3	221,2
Aeroportos	17,1	10,3	9,0	1,7	0,6	0,4
Preparação de Desenhos e Supervisão-Novos Projetos	0,7	0,8	0,1	0,0	0,0	0,0
Estradas	69,3	128,8	370,5	93,7	19,1	5,5
Pontes	7,8	10,6	13,2	10,1	0,0	0,0
Portos	0,5	0,8	0,2	0,2	0,0	0,0
Turismo	0,3	0,2	0,5	0,0	0,0	0,0
Sistema Financeiro e Suporte as Infraestruturas	6,8	4,9	1,6	0,0	0,0	0,0
Juventude e Desporto	1,9	1,9	0,3	0,5	0,0	0,0
Manutenção e Reabilitação	4,6	12,5	4,1	0,6	0,0	0,0
Programa de Empréstimos	30,1	61,6	87,0	40,0	13,5	9,7

Fonte: Secretariado dos Grandes Projetos, Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico, 2018

Tabela 2.5.4.2: Fundo de Infraestruturas durante 2018, em milhões de USD

	2018 Orçamento	2018 DOT concreto janeiro a junho	2018 DOT estimado julho a agosto	2018 Orçamento efetivo setembro a dezembro
Total das Infraestruturas (incluindo empréstimos)	**385,2**	**115,64**	**23,1**	**246,4**
Total das Infraestruturas (excluindo empréstimos)	**323,6**	**98,29**	**17,8**	**207,6**
Agricultura	3,8	0,30	1,1	2,4
Água e Sanitação	0,6	0,19	0,0	0,4
Desenvolvimento Urbano e Rural	5,4	0,92	0,0	4,5
Edifícios Públicos	10,2	1,08	0,0	9,1
Educação	1,7	0,04	0,0	1,7
Energia Eléctrica	16,1	7,07	0,0	9,0
Equipamento Informático	8,0	0,81	3,0	4,2
MDG	0,0	0,00	0,0	0,0

	2018 Orçamento	2018 DOT concreto janeiro a junho	2018 DOT estimado julho a agosto	2018 Orçamento efetivo setembro a dezembro
Saúde	1,9	0,24	0,0	1,6
Segurança e Defesa	4,4	0,78	0,0	3,6
Solidariedade Social	0,1	0,00	0,0	0,1
Tasi Mane	100,5	30,77	0,0	69,8
Aeroportos	10,3	0,07	0,0	10,2
Preparação de Desenhos e Supervisão-Novos Projetos	0,8	0,00	0,0	0,8
Estradas	128,8	45,37	10,2	73,3
Pontes	10,6	2,88	0,0	7,7
Portos	0,8	0,20	0,3	0,3
Turismo	0,2	0,00	0,0	0,2
Sistema Financeiro e Suporte as Infraestruturas	4,9	1,85	0,2	2,9
Juventude e Desporto	1,9	0,25	0,3	1,4
Manutenção e Reabilitação	12,5	5,46	2,6	4,4
Programa de Empréstimos	61,6	17,35	5,4	38,9

Fonte: Secretariado dos Grandes Projetos, Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico, 2018

2.5.5: Despesa por Projetos Financiados Através de empréstimos

Prevê-se que a despesa com projetos financiados por empréstimos atinja os 61,6 milhões de dólares em 2018, tal como se apresenta na Tabela 2.5.5.1. Isto representa uma redução de 39,5% comparativamente com a alocação no Orçamento de Estado para 2017, ainda que só cerca de 30,1 milhões desta alocação tenham sido efetivamente desembolsados em 2017. A Secção 2.7.3. contém uma descrição detalhada destes projetos.

Tabela 2.5.5.1: Despesa com projetos financiados por empréstimos, em milhões de USD

	2017	2018 Orçam.	2019	2020	2021
Despesas com empréstimos	30,1	61,6	87,0	40,0	13,5

Fonte: UPPPE do Ministério das Finanças & SGP, Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico, 2018

2.5.6: Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano

A finalidade do FDCH é financiar despesas com bolsas de estudo e capacitação, em linha com o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste. Relativamente ao orçamento para 2018, o FDCH divide-se em quatro grandes programas: Formação vocacional, formação técnica, bolsas de estudo e outros tipos de formação.

A Tabela 2.5.6.1. resume as dotações orçamentais para o FDCH por programa. O orçamento total para 2018 é de 23,9 milhões de dólares. Isto representa uma redução de 12,3% comparativamente com o Orçamento de Estado para 2017, porém corresponde ao nível concreto de despesa no ano transato.

Tabela 2.5.6.1: FDCH por programa, em milhões de USD

	2017 Concreto previsto	Orçamento final para 2018	2018	2019	2020	2021
Total do FDCH (por programa)	**23,9**	**23,9**	**24,8**	**25,8**	**26,8**	**27,9**
Formação Profissional	6,3	6,1	6,4	6,6	6,9	7,2
Formação Técnica	1,8	2,4	2,5	2,6	2,7	2,8
Bolsas de Estudo	13,0	12,5	13,0	13,6	14,1	14,7
Outros Tipos de Formação	2,8	2,8	2,9	3,1	3,2	3,3

Fonte: Secretaria do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano, 2018

Tabela 2.5.6.2: Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano em 2018, em milhões de USD

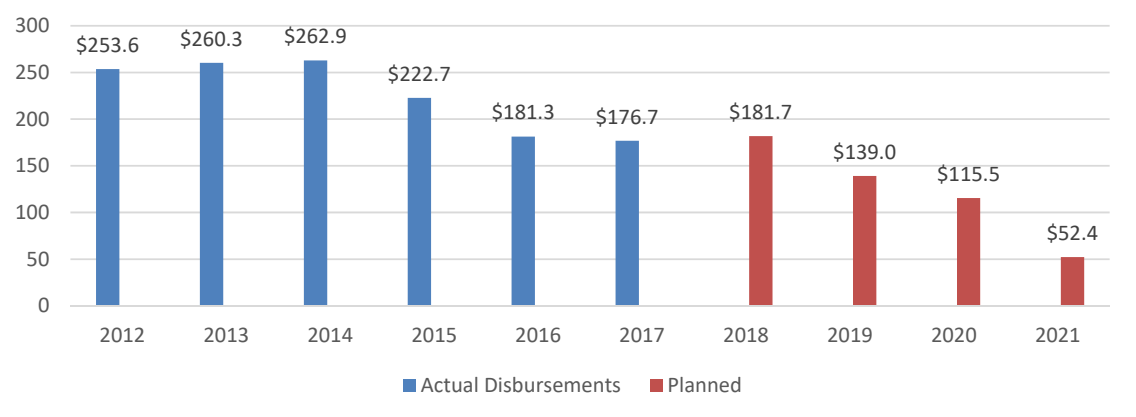
	2018 Orçamento	2018 DOT concreto janeiro a junho	2018 DOT Previsto Julho a Agosto	2018 Orçamento Efetivo Setembro a Dezembro
Total do FDCH (por programa)	**23,9**	**4,8**	**1,2**	**17,9**
Formação Profissional	6,1	0,9	0,2	**5,0**
Formação Técnica	2,4	0,2	0,0	**2,1**
Bolsas de Estudo	12,5	2,8	0,7	**9,0**
Outros Tipos de Formação	2,8	0,9	0,2	**1,7**

Fonte: Secretaria do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano, 2018

2.5.7: Compromissos de Parceiros de Desenvolvimento

Os Parceiros de Desenvolvimento de Timor-Leste contribuirão com um total de 181,7 milhões de dólares em 2018. É esperado que os três maiores montantes provenham do Governo da Austrália (61,7 milhões), do Governo do Japão (24,2 milhões) e do Governo de Portugal (16,1 milhões). O Livro Orçamental 5 contém detalhes sobre estes compromissos.

Figura 2.5.7.1: Desembolsos de Parceiros de Desenvolvimento a Timor-Leste, sem ser na forma de empréstimos ($m)

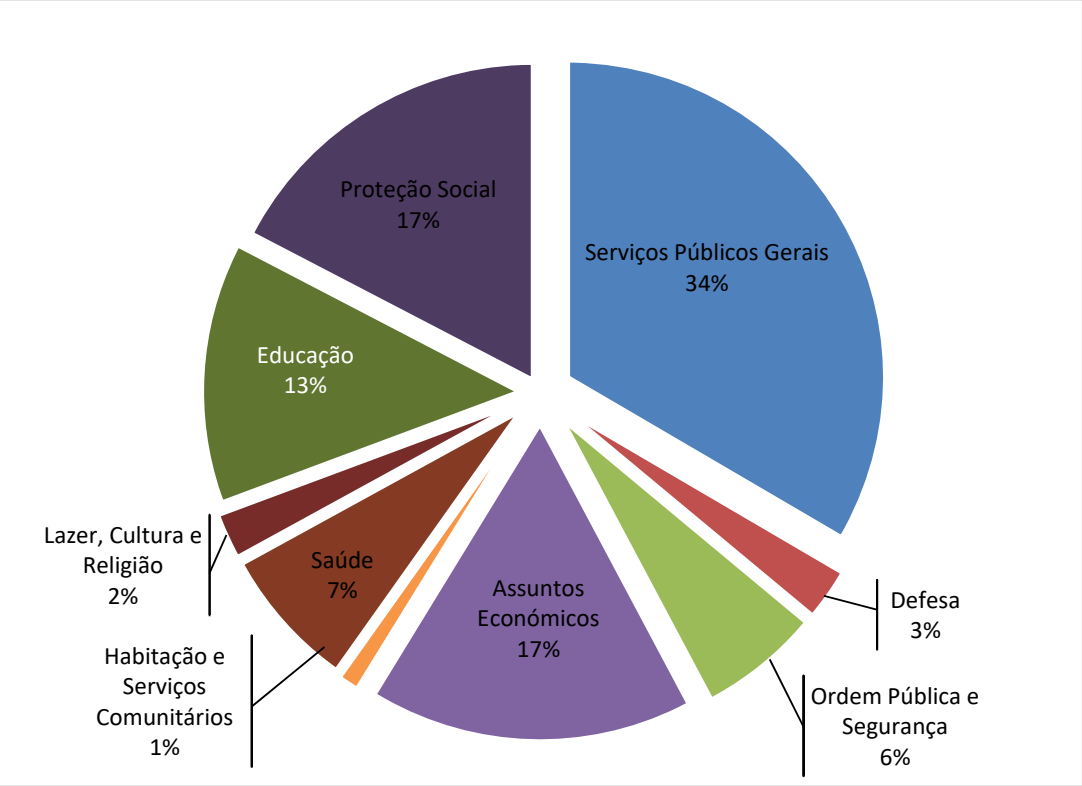


Fonte: Os dados referentes a 2012-2015 foram retirados dos Livros Orçamentais de anos anteriores; Os dados referentes a 2016 foram extraídos do Portal de Transparência da Ajuda no dia 25 de julho de 2018

2.5.8: Classificação do Orçamento para 2018 por Setor

Adotou-se a classificação padrão da Divisão de Estatística das Nações Unidas de 'Funções do Governo' [2] para examinar as alocações por setor no orçamento para 2018. Os Serviços Públicos Gerais têm a maior alocação no orçamento corrente. Este setor pode ser considerado a 'maquinaria do governo', porém abrange igualmente transferências correntes para municípios e para a ZEESM. Os Assuntos Económicos e a Proteção Social são os segundos maiores itens, representando cada um 17% do orçamento total. Os Assuntos Económicos incluem combustível para geração de eletricidade por parte da EDTL, manutenção rodoviária, despesas com o turismo e manutenção de sistemas de água e de irrigação. A Proteção Social reflete programas de assistência social como o programa Bolsa da Mãe, pensões para antigos combatentes da libertação nacional e outros grupos, e o programa de merendas escolares. A Educação é o terceiro maior setor, sendo seguida pela Saúde.

Figura 2.5.8.1: Despesas recorrentes por setor em 2018

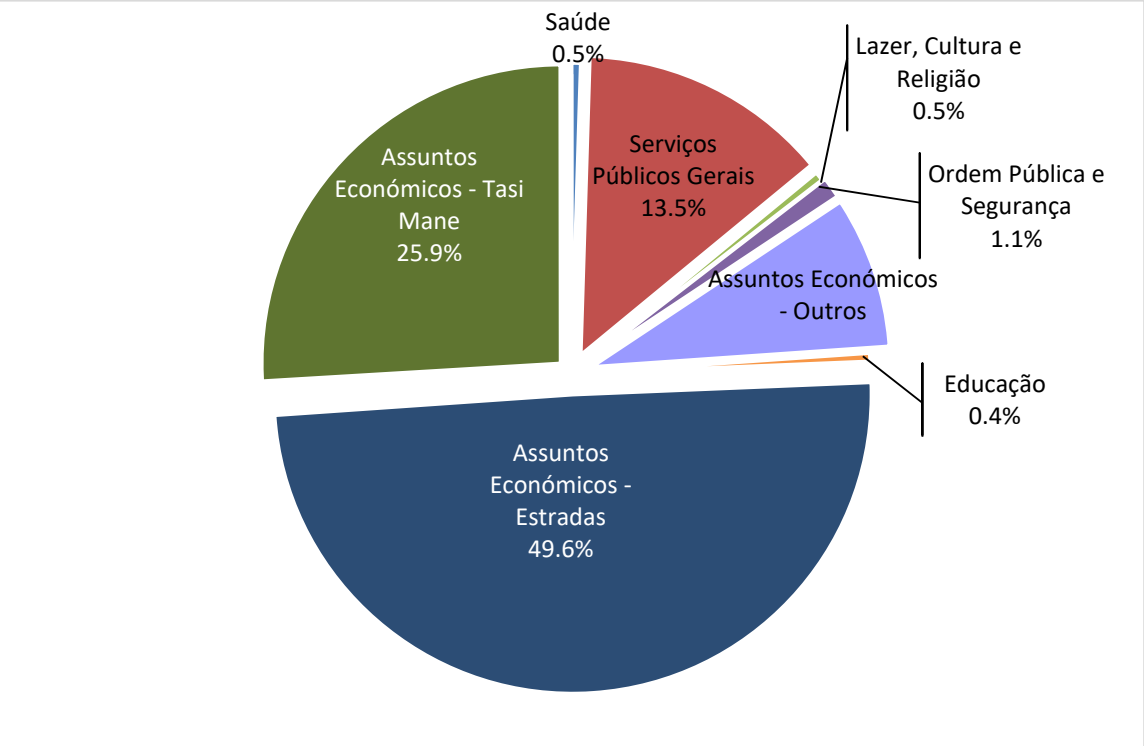


Fonte: Estimativa com base em alocações ministeriais propostas, Ministério das Finanças, 2018.

[2] https://unstats.un.org/unsd/classifications/

Olhando para a divisão setorial do Fundo de Infraestruturas, que abrange mais de 90% da despesa de capital do FCTL, temos que os projetos rodoviários representam a maior fatia, seguidos pelo investimento em infraestruturas em Tasi Mane e por despesas de capital relativas a outros assuntos económicos. As estradas são uma prioridade assumida no Plano Estratégico de Desenvolvimento. Agora que o projeto de eletricidade está quase concluído, o financiamento para o programa de estradas passa a ser o maior componente individual do orçamento. A maior parte das despesas com estradas é financiada por empréstimos, sendo que a Secção 2.7.3. contém detalhes sobre estes projetos. Para lá das estradas, o investimento na rede elétrica, o aeroporto de Suai, a manutenção de infraestruturas e outras infraestruturas de transportes constituem os maiores projetos no setor dos Assuntos Económicos, com uma alocação combinada de 49,7 milhões de dólares. Os restantes 9% do orçamento do Fundo de Infraestruturas refletem as alocações para a construção de novos edifícios públicos, desenvolvimento de infraestruturas informáticas e outros investimentos de capital. A Parte 1 do Livro Orçamental 6 contém mais detalhes sobre isto.

Figura 2.5.8.2: Fundo de Infraestruturas por setor em 2018



Fonte: Estimativa com base em alocações propostas para o FI, SGP, 2018.

2.6: Receitas

2.6.1: Panorama das Projeções de Receitas

A Tabela 2.6.1.1 mostra as previsões para o total de receitas até 2022, formadas pela soma das receitas petrolíferas e das receitas domésticas. A tendência gradual de descida das receitas petrolíferas deverá continuar à medida que a produção nos campos atuais se aproxima do fim.

O desempenho positivo das receitas domésticas em 2016 abrandou para 189,6 milhões de dólares em 2017. Esta redução de 5% comparativamente com a cobrança concreta em 2016 terá provavelmente resultado das condições macroeconómicas negativas e da incerteza política que Timor-Leste enfrentou em 2017. A redução parece ser motivada sobretudo por receitas tributárias mais baixas, as quais são suscetíveis às flutuações no PIB e representam a maior parte das receitas domésticas. Prevê-se que a tendência seja estável em 2018, com uma cobrança de 188,8 milhões em receitas domésticas. A falta de melhoria nas receitas domésticas gerais reflete a estagnação política que se prolongou até 2018.

A economia continua a deparar-se com vários desafios no que diz respeito a aumentar as receitas domésticas. Estes foram identificados pela Comissão de Reforma Fiscal e incluem infraestruturas básicas, gestão de recursos e desenvolvimento dos recursos humanos. As receitas domésticas compõem uma parte reduzida das receitas gerais, pelo que não anulam completamente as alterações no preço do petróleo e no retorno dos investimentos. Isto sublinha a importância de passar a incidir em fluxos de receitas domésticas.

Tabela 2.6.1.1 Total das receitas entre 2016 e 2022, em milhões de USD

	2016	2017 Provisório	2018 Projeção	2019	2020	2021	2022
Total das receitas	**1.070,9**	**2.223.1**	**788,7**	**1.278,9**	**1.342,1**	**1.272,4**	**930,0**
Receitas domésticas	**199,3**	189,6	**188,8**	198,3	208,5	219,0	230,0
Receitas petrolíferas	**871,6**	2.033,5	599,9	1,080,6	1.133,6	1.053,4	700,0

Fonte: Direção Nacional de Política Económica e Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2018.

2.6.2: Receitas Domésticas

As receitas domésticas de Timor-Leste consistem em receitas tributárias, taxas e pagamentos, juros, receitas de agências autónomas e impostos na ZEESM. A Tabela 2.6.2.1 discrimina as receitas domésticas por estas categorias, mostrando os montantes concretos e previstos entre 2017 e 2022. Em 2018 é esperado que as receitas domésticas totais correspondam aos valores finais estimados em 2017.

Tabela 2.6.2.1: Receitas domésticas entre 2016 e 2022, em milhões de USD

	2016	2017 Provisório	2018 Projeção	2019	2020	2021	2022
Total das receitas domésticas	**199,304**	**189,6**	**188,8**	**198,3**	**208,5**	**219,0**	**230,0**
Impostos	139,6	127,9	**127,6**	134,0	140,7	147,7	155,1
Taxas e pagamentos	46,6	50,3	**50,2**	52,6	55,4	58,3	61,1
Juros	0,0	0,0	**0,5**	0,5	0,5	0,5	0,6
Agências autónomas	9,0	6,6	**5,6**	6,0	6,4	6,9	7,3
ZEESM (Impostos)	4,1	4,7	**4,9**	5,2	5,4	5,7	6,0

Fonte: Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2018

2.6.2.1: Receitas Tributárias

As receitas tributárias compõem a maior fonte de receitas domésticas em Timor-Leste, representando 67,5% do total das receitas domésticas em 2017. A Tabela 2.6.2.1.1. resume as projeções tributárias, divididas por Impostos diretos, Impostos indiretos e Outras receitas tributárias.

Em 2017 as receitas tributárias, excluindo impostos da ZEESM, registaram uma quebra de 8,4% relativamente aos níveis de 2016, ficando-se pelos 127,9 milhões de dólares. Esta tendência reflete as condições gerais macroeconómicas e políticas, às quais os instrumentos tributários são sensíveis. Destacam-se aqui as menores despesas capitais do governo, especialmente no que se refere a grandes projetos de infraestruturas, que levaram a uma redução de mais de 25% nos Impostos de retenção. Este foi o principal elemento que levou à redução no total de receitas tributárias durante o ano.

Prevê-se que a cobrança de receitas tributárias em 2018 seja semelhante à de 2017, atingindo os 127,6 milhões de dólares. Todavia é esperado um aumento considerável nos impostos de retenção, em resultado da liquidação de cobranças pendentes de projetos de capital em anos anteriores. Para lá disto, a redução esperada ao nível das receitas cobradas por autoridades aduaneiras (direitos aduaneiros, imposto sobre o consumo e imposto sobre vendas) refletem importações mais baixas de produtos de tabaco, em resultado de controlos mais rigorosos, e taxas mais baixas de imposto sobre bebidas alcoólicas produzidas a nível nacional, no seguimento da abertura da fábrica da Heineken.

A partir de 2019 é esperado que as receitas tributárias melhorem, refletindo a recuperação do crescimento macroeconómico e a estabilização da situação política. Prevê-se que esta tendência se mantenha ao longo de 2022, com a expectativa de crescimento atual.

Tabela 2.6.2.1.1: Total das receitas tributárias entre 2016 e 2022, em milhões de USD

	2016	2017 Provisório	2018 Projeção	2019	2020	2021	2022
Total de impostos	**143,7**	**132,6**	**132,5**	**139,1**	**146,1**	**153,4**	**161,1**
Impostos diretos	**64,2**	**54,7**	**60,3**	**63,3**	**66,5**	**69,8**	**73,3**
Imposto sobre rendimentos	17,3	19,3	20,8	21,8	22,9	24,1	25,3
Rendimentos individuais	8,2	7,3	7,3	7,6	8,0	8,4	8,8
Rendimentos individuais – outros	9,1	11,9	13,5	14,2	14,9	15,6	16,4
Imposto coletivo	13,9	10,7	8,4	8,8	9,2	9,7	10,2
Imposto de retenção	33,0	24,7	31,1	32,7	34,3	36,0	37,8
Impostos indiretos	**78,8**	**76,7**	**71,7**	**75,3**	**79,1**	**83,0**	**87,2**
Imposto sobre serviços	2,7	2,5	3,3	3,5	3,7	3,9	4,1
Imposto sobre vendas	14,8	17,3	16,2	17,0	17,8	18,7	19,7
Imposto sobre o consumo	47,2	41,5	37,6	39,4	41,4	43,5	45,6
Direitos de importação	14,2	15,3	14,7	15,4	16,2	17,0	17,8
Outras receitas tributárias	**0,7**	**1,3**	**0,5**	**0,5**	**0,5**	**0,6**	**0,6**

Fonte: Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2018

2.6.2.2: Taxas e Pagamentos

As taxas e pagamentos incluem uma vasta seleção de categorias de fontes não-tributárias que contribuem para as receitas domésticas. Estas englobam taxas administrativas, pagamentos de serviços e pagamentos de royalties ao Governo provenientes da exploração de recursos naturais que não o petróleo.

Os aumentos nas receitas de taxas e pagamentos em 2017 foram motivados por vendas de eletricidade mais elevadas (do que em 2016), royalties de extração mineira e extração pedreira, leilões e receitas de jogos sociais. Prevê-se que as receitas em 2018 provenientes de taxas e pagamentos sejam semelhantes às obtidas em 2017, com as receitas da venda de eletricidade a representarem 61% do total das receitas com taxas e pagamentos. Estima-se que as receitas da venda de eletricidade continuem a aumentar, já que a EDTL continuará a distribuir contadores pré-pagos e a aumentar a cobertura elétrica em todo o país. Estima-se que a contribuição dos transportes, imigração e arrendamento de propriedades governamentais será estável. Foram também introduzidos novos instrumentos de receitas em 2017 e 2018, tais como taxas de estacionamento e de publicidade no município de Díli.

Prevê-se que as receitas em anos futuros mantenham uma tendência positiva, refletindo a melhoria e o reforço a nível de mecanismos de cobrança em linhas ministeriais.

Tabela 2.6.2.2.1: Projeções de taxas e pagamentos entre 2016 e 2022, em milhares de USD

	2016	2017 Provisório	2018 Projeção	2019	2020	2021	2022
Total de taxas e pagamentos	**46.613,1**	**50.307,8**	**50.221,1**	**52.607,6**	**55.416,3**	**58.256,5**	**61.129,5**
Taxas de licenças comerciais	142,9	663,5	**139,3**	144,9	150,7	156,7	162,9
Taxas de correio	43,5	55,6	**50,7**	61,0	66,9	72,8	78,6
Rendas de propriedades	3.632,4	3.878,8	**2.961,1**	3.079,5	3.202,7	3.330,8	3.464,1
Taxas de água	177,2	333,3	**153,2**	177,0	200,8	224,5	248,3
Taxas de registo de veículos	1.556,9	1.614,3	**1.172,6**	1.231,2	1.292,7	1.357,4	1.425,2
Taxas de inspeção de veículos	589,8	756,4	**742,9**	780,0	819,0	860,0	903,0
Import. de inspeções de veículos	5,1	-	**-**	-	-	-	-
Taxas de cartas de condução	348,0	397,1	**373,7**	392,4	412,0	432,7	454,3
Taxas de *franchising* de transportes públicos	328,2	358,9	**296,2**	311,0	326,5	342,9	360,0
Coimas a nível de transportes	135,3	153,0	**133,8**	139,1	144,7	150,5	156,5
Outras taxas de transportes	40,8	48,4	**12,3**	12,9	13,6	14,2	14,9
Bis e passaportes	873,5	1.211,6	**1.412,5**	1.469,0	1.527,8	1.588,9	1.652,4
Taxas de visas	3.580,9	3.748,2	**2.834,9**	2.948,3	3.066,2	3.188,8	3.316,4
Taxas de tribunal	207,0	247,5	**247,5**	257,4	267,7	278,4	289,5
Coimas – profissionais de saúde	-	5,6	**5,6**	5,8	6,1	6,3	6,6
Dividendos, lucros e ganhos	729,9	-	**3.110,1**	3.234,5	3.363,9	3.498,5	3.638,4
Coimas e abdicações	101,1	252,3	**537,8**	563,6	586,1	609,6	634,0
Extração mineira e pedreira	283,7	1.026,0	**1.039,3**	1.065,1	1.090,9	1.116,7	1.142,5
Taxa da RTTL	54,2	-	**-**	-	-	-	-
Receção de documentos de propostas	82,7	56,4	**30,2**	31,4	32,7	34,0	35,4
Leilões	504,4	1.000,2	**102,0**	106,1	110,4	114,8	119,4
Produtos Florestais	89,4	95,1	**65,8**	68,4	71,2	74,0	77,0
Rendas de propriedades governamentais	216,2	116,5	**112,2**	116,7	121,3	126,2	131,2
Taxa de serviços de saneamento	7,9	8,2	**10,4**	10,8	11,3	11,7	12,2
Receitas com domínios de Internet em TL	101,3	133,4	**86,7**	90,2	93,8	97,5	101,4
Outras receitas não-tributárias	1.056,2	1.173,9	**125,8**	130,8	136,0	141,5	147,1
Receitas de jogos sociais	1.274,6	1.428,4	**1.910,6**	1.987,0	2.066,5	2.149,2	2.235,2
Venda de arroz	1.514,5	1.050,4	**1.050,4**	650,0	650,0	650,0	650,0
Vendas de produtos locais	192,8	107,2	**360,0**	374,4	389,4	405,0	421,1
Taxas de estacionamento em Díli	-	13,2	**18,2**	18,9	19,6	20,4	21,3
Registo de profissionais de saúde	-	10,6	**33,1**	34,4	35,8	37,2	38,7
Instituto Politécnico de Betan	-	48,2	**48,2**	50,2	52,2	54,2	56,4
Sanções administrativas	-	5,5	**5,5**	5,7	5,9	6,2	6,4
Taxa de impressão – PCM	-	-	**389,2**	404,8	421,0	437,8	455,3
Taxas e pagamentos de eletricidade	28.742,8	30.285,2	**30.506,0**	32.506,0	34.506,0	36.506,0	38.506,0
AM Díli – Receitas de publicidade	-	24,9	**143,3**	149,1	155,0	161,2	167,7

Fontes: Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2018

2.6.2.3: Juros

Os juros refletem pagamentos de juros recebidos a partir do dinheiro mantido em fundos governamentais. Dadas as baixas taxas de juro e os baixos saldos de caixa mantidos pelo Governo, esta é por norma uma fonte escassa de receitas. Prevê-se que os juros referentes a 2017 sejam no valor de 15.679 dólares, comparativamente com 15.265 dólares em 2016. Todavia as projeções para 2018 indicam que as receitas de juros aumentarão para 475.086 dólares. Este crescimento significativo reflete o recente aumento a nível de taxas de recompra de um dia para o outro por parte do Banco da Reserva Federal de Nova Iorque. Prevê-se que a tendência se mantenha em anos futuros, desde que o nível dos depósitos e que a política de taxas de juro do BRF permaneçam estáveis.

2.6.2.4: Agências autónomas

O número de agências autónomas tem vindo a aumentar gradualmente nos últimos anos, refletindo o desejo do Governo em atribuir maior independência financeira às instituições para assim melhorar a eficiência destas. O porto de Díli é a agência que gera mais receitas neste grupo, tal como está detalhado na Tabela 2.6.2.4.1.

Tabela 2.6.2.4.1: Agências autónomas entre 2016 e 2022, em milhares de dólares

	2016	2017 Provisório	2018 Projeção	2019	2020	2021	2022
Total das agências autónomas	**8.297,2**	**5.833,7**	**5.629,1**	**6.032,9**	**6.441,8**	**6.855,8**	**7.275,4**
Arquivo e Museu da Resistência Timorense	-	-	-	-	-	-	-
Conselho de Imprensa	-	-	-	-	-	-	-
Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial	-	-	-	-	-	-	-
Agência Especializada de Investimento	-	-	-	-	-	-	-
Serviço para o Registo e Verificação de Empresários	-	-	-	-	-	-	-
Centro de Bambu	95,8	74,9	**150,0**	156,0	162,2	168,7	175,5
Centro de Formação (SENAI)	-	-	-	-	-	-	-
Polícia Forense	-	-	-	-	-	-	-
Hospital Nacional Guido Valadares	258,3	249,5	**235,0**	244,4	254,2	264,4	274,9
SAMES	156,5	213,8	**327,9**	341,0	354,7	368,8	383,6
Laboratório Nacional	-	-	-	-	-	-	-
Instituto de Ciências da Saúde	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de Registo de Investimentos	-	19,8	**45,0**	46,8	48,7	50,6	52,6
Centro Nacional de Reabilitação	-	-	-	-	-	-	-
Instituto de Gestão de Equipamentos	197,8	483,5	**50,1**	52,1	54,2	56,3	58,6
Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor-Leste*	2.386,5	-	-	-	-	-	-
Administração Portuária de Timor-Leste	4.419,7	3.993,8	**3.015,0**	3.305,0	3.595,0	3.885,0	4.175,0
Autoridade Nacional de Comunicações	-	-	-	-	-	-	-

	2016	2017 Provisório	2018 Projeção	2019	2020	2021	2022
Instituto Nacional de Defesa	-	-	-	-	-	-	-
Universidade Nacional Timor Lorosae	782,6	798,3	**881,7**	917,0	953,7	991,8	1.031,5
Fundo de Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-
Autoridade de Inspeção Alimentar e Atividades Económicas	-	-	-	-	-	-	-
Agência Nacional de Avaliação e Acreditação Académica	-	-	-	-	-	-	-
Centro Nacional de Logística	-	-	-	-	-	-	-
Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional – Tibar	-	-	-	-	-	-	-
ZEESM**	682,2	794,2	**924,4**	970,6	1.019,2	1.070,1	1.123,6

*Fonte: Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2018. *Não é Agência Autónoma desde 2017. **As receitas da ZEESM incluem apenas taxas e pagamentos, já que as receitas tributárias são apresentadas em separado.*

2.6.3: Receitas petrolíferas e Fundo Petrolífero

O Fundo Petrolífero é a fonte principal de financiamento do Orçamento do Estado a cada ano. Os levantamentos a partir do Fundo são orientados pelo RSE. O RSE representa o montante máximo que pode ser retirado do Fundo Petrolífero num determinado ano fiscal de modo um saldo suficiente no Fundo que permita o levantamento de um montante de valor real idêntico em todos os anos futuros. O RSE está definido como 3 porcento da Riqueza Petrolífera, a qual engloba o saldo do Fundo e o valor atual líquido das receitas petrolíferas futuras.

O Governo pode fazer levantamentos acima do RSE caso consiga justificar ao Parlamento que isso serve os interesses a longo prazo de Timor-Leste. O Governo tem vindo a justificar os levantamentos excessivos a partir do Fundo Petrolífero com o desenvolvimento económico de Timor-Leste. Por definição, levantamentos acima do RSE reduzem o poder de compra do Fundo.

2.6.3.1: Calculando a Riqueza Petrolífera e o RSE para 2018

A Tabela 2.6.3.1.1 mostra a Riqueza Petrolífera e o RSE estimados a partir de 2016, assumindo que os levantamentos a partir do Fundo são iguais aos levantamentos projetados na Tabela 2.6.3.1.1.

Tabela 2.6.3.1.1: Riqueza Petrolífera e Rendimento Sustentável Estimado (RSE)

	2016*	2017*	2018 Orçam.	2019	2020	2021	2022
Rendimento Sustentável Estimado (RPx3%)	**544.8**	**481.6**	**550.4**	**539.2**	**519.0**	**505.1**	**493.4**
Total da Riqueza Petrolífera (RP)	**18,159.6**	**16,054.6**	**18,345.9**	**17,973.2**	**17,299.4**	**16,835.5**	**16,448.0**
Saldo inicial do FP			16,799.3	16,414.4	16,146.5	16,163.3	16,192.4
Valor atual líquido das receitas futuras			1,546.6	1,558.8	1,152.9	672.2	255.6

**O RSE relativo a 2016 e 2017 assenta nas estimativas feitas por ocasião do Orçamento para 2016 e do Orçamento para 2017*

As estimativas da Riqueza Petrolífera para o Orçamento para 2018 foram finalizadas em janeiro de 2018. As estimativas utilizaram os dados disponíveis em janeiro, incluindo o valor concreto do Fundo a 1 de janeiro de 2018.[3] O VAL das receitas futuras de petróleo e gás reflete os pressupostos delineados na Tabela 2.6.3.1.2. A nossa prática é de atualizar os cálculos do RSE apenas uma vez por ano. O conjunto completo dos pressupostos irá ser atualizado em breve, como parte do Livro Orçamental de 2019.

A Receita Petrolífera está estimada em 18.345,9 milhões de dólares para os cálculos do Livro Orçamental de 2018. Deste modo o RSE de 3% em 2018 está estimado em 550,4 milhões. Este valor supera a estimativa do RSE em 2018 feita no orçamento do ano anterior em cerca de 75,3 milhões. De seguida discutem-se os principais pressupostos por detrás dos cálculos, bem como as diferenças com as estimativas feitas em 2017.

Tabela 2.6.3.1.2: Principais pressupostos por detrás do RSE

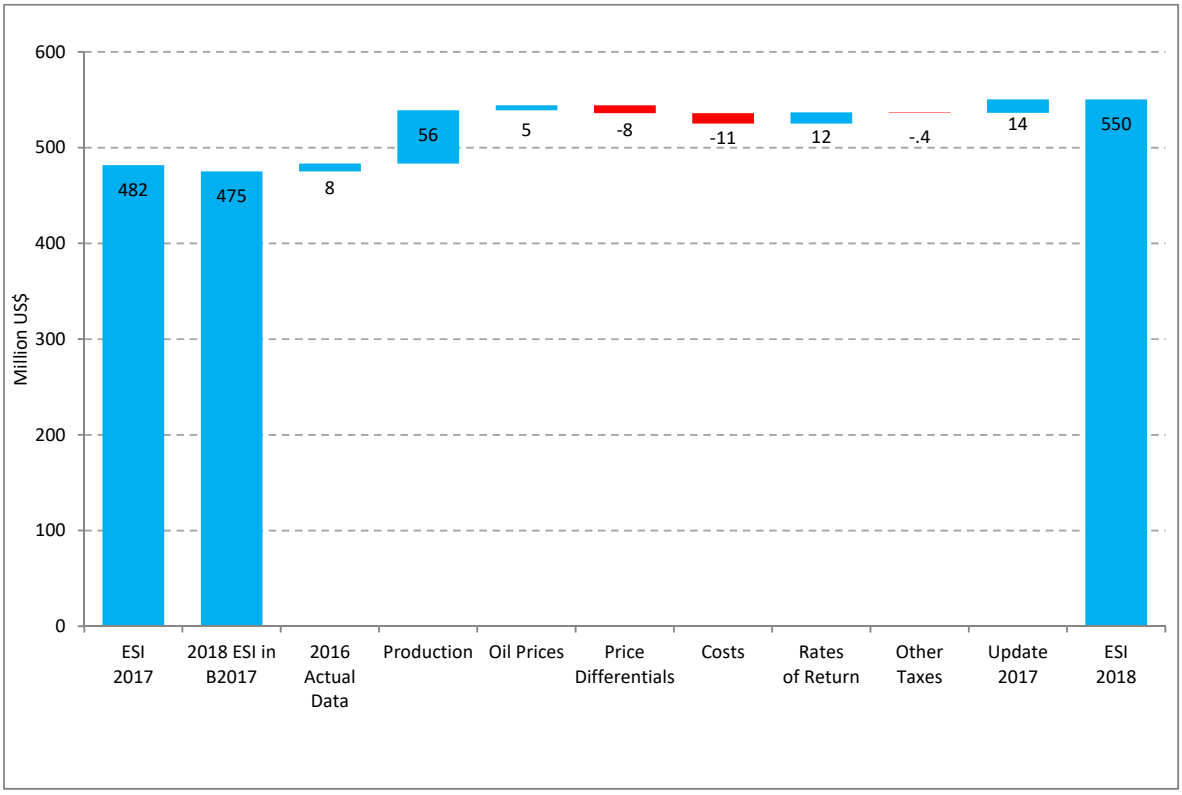
Reconhecimento de ativos	Só são incluídas previsões de receitas petrolíferas para projetos com planos de desenvolvimento aprovados. O Bayu-Undan (BU) é o único campo em funcionamento, uma vez que o Kitan foi encerrado em 2015.
Reservas petrolíferas e previsões de produção	Os operadores de projeto apresentam estimativas de produção. Atualmente o operador só apresenta o cenário base de produção.
Estimativa do preço do petróleo	O crude Brent tem-se revelado o melhor indicador dos preços dos produtos líquidos do BU (condensado e GPL). O RSE referente ao Orçamento para 2018 é preparado usando a média entre o cenário baixo da Agência de Informações Energéticas (EIA) e o cenário de referência para o Brent no Panorama Energético Anual (AEO) para 2017, lançado em janeiro de 2017.
Preços para produtos petrolíferos específicos	O BU produz condensado, Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) e Gás Natural Liquefeito (GNL). Os pressupostos das estimativas de cada produto derivam dos diferenciais históricos observados com o Brent. Os preços do Gás Natural Liquefeito (GNL) são estimados utilizando a fórmula de preço provisória negociada entre a instalação de GNL de Darwin (DLNG) e os compradores japoneses de GNL. A fórmula de preço é renegociada a cada três anos.
Custos de produção	Estimativa central dos custos capitais e operacionais futuros, providenciada pelos operadores de projeto.
Taxa de desconto	Segundo o Anexo 1 da Lei do Fundo Petrolífero, a taxa de juro utilizada para descontar receitas petrolíferas futuras é a taxa esperada de retorno da carteira de aplicações financeiras detidas no Fundo. A estratégia de investimento do Fundo é de 60 porcento em títulos e 40 porcento em ações.

[3] O auditor independente recomendou utilizar o saldo concreto do Fundo para o cálculo do RSE em 2018.

Alterações no RSE de 2017 para 2018

A Figura 2.6.3.1.3 mostra as principais alterações incrementais na estimativa atual do RSE em 2018 comparativamente com a estimativa no Orçamento para 2017. O aumento da produção é o maior impulsionador do aumento no RSE em 2018, juntamente com alterações à taxa de desconto e diferenças entre os resultados concretos e as projeções em 2016 e 2017.

Figura 2.6.3.1.3: Alterações no RSE em 2018 (entre o Orçamento para 2017 e o Orçamento para 2018)



Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, Ministério do Plano e Finanças, 2018

Dados concretos de 2016

A atual estimativa do RSE incorpora resultados concretos em 2016, ao invés das projeções necessárias para a estimativa para 2017. O saldo do Fundo no final de 2016 foi superior ao projetado, uma vez que foi levantado menos dinheiro do que o previsto (1.244,8 milhões em vez de 1.647,6 milhões), ainda que as receitas petrolíferas (223,6 milhões em vez de 316,6 milhões) e o retorno dos investimentos (647,7 milhões contra 747 milhões) tenham ficado abaixo do esperado. Estes resultados aumentaram o RSE em 2018 em 8 milhões.

Produção

A estimativa de produção do Bayu-Undan é superior à que consta do Orçamento para 2017 pelas seguintes razões:

i) Aquando do cálculo o operador só disponibilizou o cenário base. Em anos anteriores a estimativa do RSE utilizava o cenário baixo.

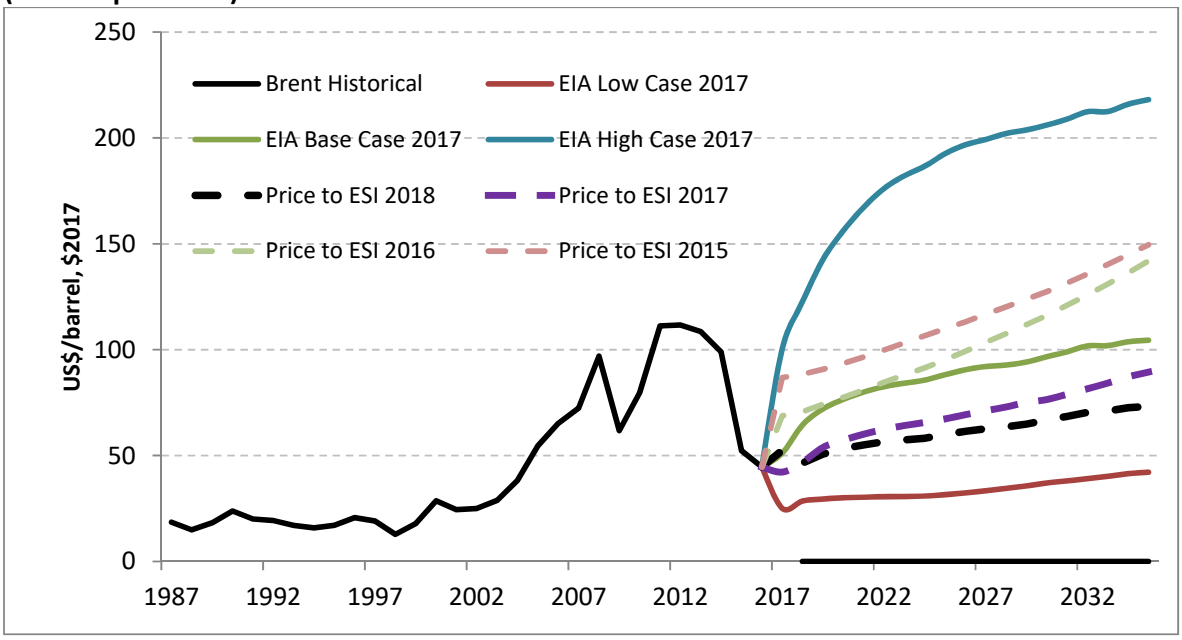
ii) É esperado que a produção dure mais um ano, chegando até 2022. A estimativa atual inclui também o projeto de perfuração de preenchimento do Bayu Undan (BUIW), o qual deverá ter lugar em meados de 2018. Isto faz com que a estimativa de produção ultrapasse os valores anteriores.

O aumento da produção aumentou o RSE em 2018 em 56 milhões de dólares.

Preços do petróleo

O RSE em 2018 assume um preço de petróleo Brent de referência de 47,3 dólares por barril em 2018, com base nas estimativas de cenário baixo e cenário base do Panorama Energético Anual da EIA de 2017. A estimativa aquando do Orçamento para 2017 tinha sido de 46,9 dólares por barril. A partir de 2019 prevê-se que o peço do barril seja relativamente inferior ao anteriormente previsto (ver figura 2.6.3.1.4). O aumento dos preços do petróleo resultou num aumento de 5 milhões de dólares no RSE em 2018.4

Figura 2.6.3.1.4: Alterações históricas e projeções futuras do preço do petróleo Brent (dólares por barril)



Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2018

[4] O preço mensal do Petróleo de Crude Brent em 2018, até julho, foi em média de 71,1 dólares por barril, ilustrando os pressupostos conservadores no RSE de 2018. O Panorama Energético a Curto Prazo (STEO) da EIA, lançado em julho, prevê que o preço Brent de referência seja de 73 dólares por barril durante a segunda metade de 2018. Historicamente o cenário baixo é 20% a 25% inferior ao cenário de referência. Aplicando um desconto de 25% sobre os 73 dólares por barril e sobre o preço médio concreto para janeiro a julho, temos que a estimativa do preço médio ponderado de referência passa a ser de 64,3 dólares por barril. Ainda que não se esteja a recalcular formalmente o RSE, caso se incorpore o aumento no preço do petróleo em 2018 o RSE de 2018 será revisto em alta de modo significativo, passando para 558,3 milhões de dólares.

Diferenciais do preço dos líquidos (condensado e GPL)

Os novos diferenciais do preço resultam numa redução do RSE em 8 milhões de dólares.

Custos de produção

Estima-se que os custos de produção por parte do operador sejam ligeiramente superiores neste Orçamento do que no Orçamento para 2017. Esta subida resulta sobretudo das despesas de capital relacionadas com projetos de perfuração BUIW e outras questões operacionais relacionadas. Estas novas previsões resultam numa redução do RSE em 11 milhões de dólares.

Taxas de retorno e taxa de desconto

O retorno nominal a longo prazo esperado foi revisto em baixo relativamente ao ano passado, passando de 5,7% para 3,9% ao ano. Esta descida resulta sobretudo do baixo rendimento dos títulos, que se reflete nas estimativas de retorno dos mesmos. A taxa de desconto mais baixa resulta num VAL superior das receitas petrolíferas, o que aumentou o RSE em 12 milhões de dólares.

Outros impostos

Outros impostos incluem impostos sobre vencimentos, cobranças de imposto a subadjudicatários e perfuração de exploração. Estes impostos estão previstos no Orçamento para 2018 com base numa análise de cobranças recentes e levando em conta os compromissos de trabalhos de exploração. A nova estimativa referente a outros impostos fica ligeiramente aquém da estimativa do ano anterior, pelo que o RSE é reduzido em 0,4 milhões de dólares.

Atualização de 2017

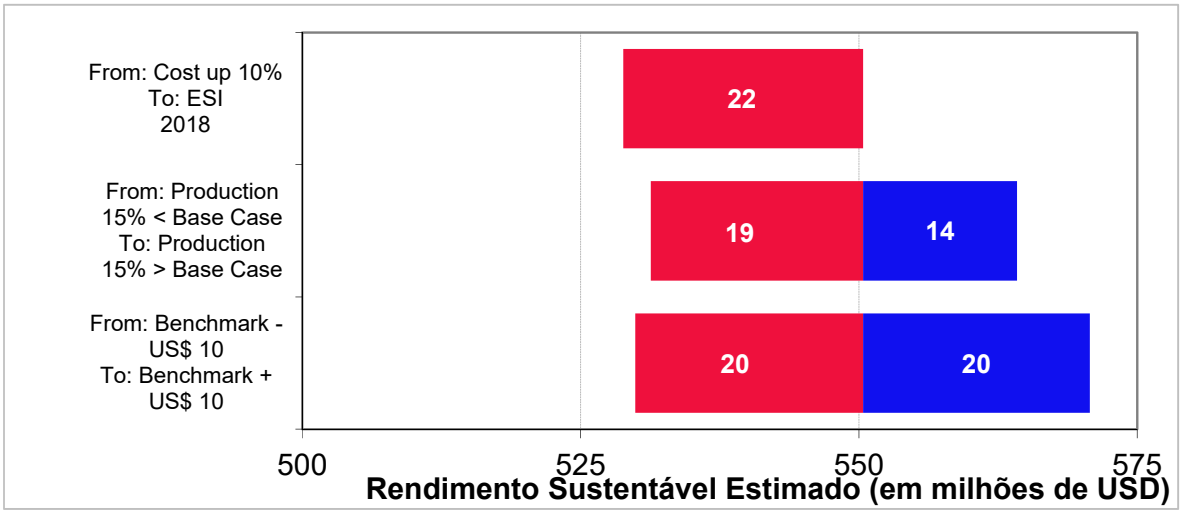
A estimativa do RSE em 2018 no Orçamento para 2017 refletia projeções relativamente ao saldo inicial do Fundo em 2018. Estas projeções incluíam pressupostos sobre levantamentos governamentais, receitas petrolíferas e rendimentos de investimentos.

O RSE em 2018 neste Orçamento foi finalizado em princípios de janeiro de 2018. Ao incorporar o saldo concreto do FP de 16.799,3 milhões de dólares, o RSE em 2018 aumentou 14 milhões.

Análise de sensibilidade

O objetivo do Governo é preparar um RSE que seja no geral prudente, tal como exigido pela Lei do Fundo Petrolífero. Embora os cálculos assentem nas melhores informações disponíveis e em pareceres de peritos, cada elemento está por inerência sujeito a uma incerteza considerável.

Figura 2.6.3.1.5: Análise de sensibilidade – Rendimento Sustentável Estimado (em milhões de USD)



Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, Ministério do Plano e Finanças, 2018

A análise de sensibilidade na Figura 2.6.3.1.5 arranca com um RSE em 2018 de 550,4 milhões de dólares e mostra quanto o RSE mudaria se fosse utilizado um pressuposto diferente para cada variável chave.

- Uma alteração de 15 porcento na **produção** faria com que o RSE caísse 19 milhões de dólares (produção mais baixa) ou aumentasse 14 milhões (produção mais alta).
- Uma alteração de 10 dólares nos **preços** do Brent comparativamente com a estimativa utilizada no RSE faria com que o RSE aumentasse ou diminuísse aproximadamente 20 milhões de dólares.
- Um aumento de 10 pontos percentuais nos **custos** de produção comparativamente com a estimativa utilizada no RSE faria com que o RSE diminuísse aproximadamente 22 milhões de dólares.

2.6.3.2: Gestão e Projeções do Fundo Petrolífero

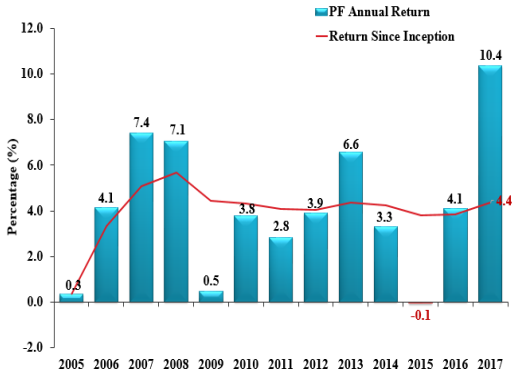
Atualmente o Fundo Petrolífero é investido 40% em ações e 60% em títulos governamentais. Esta estratégia de investimento foi desenhada para visar um retorno real de 3%, o que compensaria os levantamentos do RSE e preservaria o poder de compra do Fundo.

O investimento em ações foi implementado progressivamente e concluído em junho de 2014. Entre a sua criação e dezembro de 2017 o Fundo obteve retornos de 4,4 porcento ao ano, o que corresponde a 2,5 porcento em termos reais após levar em conta a inflação nos EUA. As ações cumpriram o seu papel de crescimento. A Figura 2.6.3.2.1 mostra que a carteira de ações veio impulsionar o desempenho do Fundo, gerando retornos de 10,7 porcento ao ano

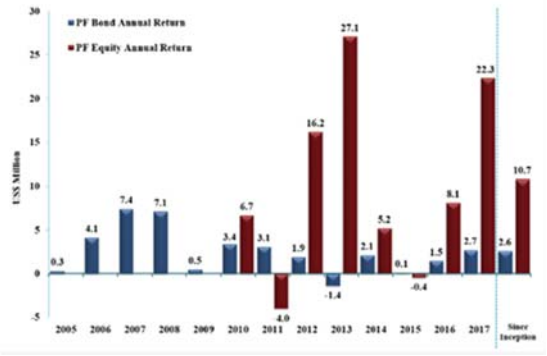
desde o primeiro investimento em ações em 2010. No mesmo período a carteira de títulos gerou um retorno anual médio de 1,3 porcento.[5]

Figura 2.6.3.2.1: Retorno dos Investimentos do Fundo Petrolífero

Total dos retornos do Fundo desde a sua criação



Retornos de ações e de títulos



O quadro do RSE foi desenhado para preservar a riqueza real, porém sente dificuldades quando os levantamentos excedem consistentemente o RSE. Existe também um consenso cada vez maior em torno da perspetiva de as classes de aplicações gerarem retornos mais baixos ao longo da próxima década. Esta expectativa prende-se sobretudo com os baixos rendimentos dos títulos, que condicionam as estimativas de retorno dos mesmos. Esta questão está capturada na nossa estimativa central de um retorno real de 1,9 porcento ao longo dos próximos 10 anos. É pouco provável que a atual alocação de ativos do Fundo vá gerar um retorno real de 3 porcento.

O Comité de Assessoria para o Investimento (CAI) considerou que, com base nas informações disponíveis, continua a ser apropriado manter a atual alocação de 40 porcento em ações. Seria necessária uma alocação consideravelmente maior em ações para gerar um retorno real de 3 porcento, sendo porém que o risco adicional não parece adequado para Timor-Leste, pelo menos por agora.

São necessárias ações para o Fundo poder gerar um retorno suficiente a longo prazo. Prevê-se que o retorno dos títulos governamentais chegue para compensar a inflação e pouco mais. As ações envolvem necessariamente risco, pelo que para a estratégia de investimento poder

[5] O Relatório Anual do Fundo Petrolífero de 2017 contém uma discussão mais detalhada sobre o desempenho do Fundo.

ter sucesso é essencial que os intervenientes estejam empenhados em manter a alocação em ações durante períodos de turbulência nos mercados.

Projeções atualizadas para o Fundo Petrolífero

A Tabela 2.6.3.2.2 mostra uma atualização das receitas petrolíferas. As receitas em 2017 totalizaram 421,7 milhões de dólares. Este valor superou em 88 porcento os 223,9 milhões cobrados em 2016. Em junho de 2018 as receitas petrolíferas eram de 251,9 milhões, o que já excede a projeção conservadora de 143,9 milhões no RSE de 2018. Os preços do petróleo estiveram acima do previsto, com um valor médio de 71,1 dólares por barril entre janeiro e julho. Em face disto e das projeções da EIA no relatório do Panorama Energético a Curto Prazo lançado em julho, o preço médio de referência estimado para 2018 é de 64,3 dólares por barril. Este valor é assim superior aos 47,3 dólares por barril usados no cálculo do RSE em 2018, o qual assentou no relatório do PEA da EIA de 2017. Levando em conta o preço mais elevado do petróleo e as receitas concretas recebidas, a receita total esperada para 2018 é revista em alta para 317,1 milhões de dólares.

Está previsto que as receitas aumentem ligeiramente em 2020, antes de descerem para 156,2 milhões em 2022.

Tabela 2.6.3.2.2: Receitas petrolíferas entre 2016 e 2022, em milhões de dólares

	2016 Concreto	2017 Concreto	2018 Orçam.	2019	2020	2021	2022
Total das receitas do Fundo Petrolífero	**871,6**	**2.033,8**	**599,9**	**1.080,6**	**1.133,6**	**1.053,4**	**700,0**
Retorno dos investimentos do Fundo Petrolífero	647,7	1.612,1	**282,8**	622,8	618,0	618,9	613,8
Total das receitas petrolíferas	**223,9**	**421,7**	**317,1**	**457,8**	**515,7**	**434,5**	**156,2**
PTP/Royalties	75,6	177,3	**43,8**	43,0	43,3	37,1	16,6
Petróleo de lucro	51,5	56,7	**89,5**	207,9	263,4	223,1	80,5
Imposto sobre rendimentos	38,2	65,7	**126,9**	69,1	65,9	47,9	0,0
Imposto sobre o lucro acrescentado	30,8	91,6	**27,6**	115,1	119,9	103,7	38,7
Imposto sobre o valor acrescentado	4,6	4,.5	**7,7**	4,8	5,0	4,8	3,8
Outros pagamentos	23,2	26,0	**21,8**	18,1	18,2	17,9	16,6

Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2018

O saldo do Fundo em junho de 2018 era de 16.927,3 milhões de dólares. Isto constitui um aumento de 127,9 milhões relativamente ao início do ano. Os rendimentos dos investimentos no acumulado anual registam uma perda de 54 milhões. As ações apresentaram ganhos ligeiros de 0,5%, ao passo que os títulos registaram perdas de -0,65%. Levando em conta os retornos convertidos em dinheiro, o rendimento esperado dos investimentos para 2018 é revisto em baixa a partir da expectativa do retorno central usada no cálculo do RSE, passando de 3,9% para 1,7%. Isto traduz-se em rendimentos esperados de 282,8 milhões. De janeiro até junho de 2018 foram levantados apenas 70 milhões.

Prevê-se que o saldo do Fundo no final de 2018 seja de 984,8 milhões de dólares, após deduzir o levantamento estimado de 16.414,4 milhões em 2018 adotado pelo Parlamento.

Prevê-se que o Fundo diminua de valor a cada ano, chegando aos 15.898,4 milhões de dólares no final de 2022. Não se prevê que as receitas petrolíferas e os rendimentos dos investimentos compensem os levantamentos. Os rendimentos dos investimentos são por natureza voláteis. Em alguns anos, tal como aconteceu em 2017, o Fundo superará as expectativas; noutros anos, o Fundo registará perdas. Prevê-se que o Fundo continue a diminuir de valor para lá do período projetado, a não ser que a política fiscal mude de forma considerável ou que surjam novas receitas petrolíferas significativas.

Tabela 2.6.3.2.3: Poupanças estimadas do Fundo Petrolífero entre 2016 e 2022, em milhões de USD

	2016 Concr.	2017 Concr.	2018 Orçam.	2019	2020	2021	2022
Saldo inicial do FP	**16.217,6**	**15.844,3**	**16.799,3**	**16.414,4**	**16.146,5**	**16.163,3**	**16.192,5**
Receitas petrolíferas (excluindo juros do FP)	223,9	421,7	317,1	457,8	515,7	434,5	156,2
Juros líquidos do Fundo Petrolífero*	647,7	1.612,1	282,8	622,8	618,0	618,9	613,8
Total dos levantamentos	1.244,8	1.078,8	**984,8**	1.348,6	1.116,8	1.024,2	1.064,1
Saldo final do FP	**15.844,3**	**16.799,3**	**16.414,4**	**16.146,5**	**16.163,3**	**16.192,5**	**15.898,4**

Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2018 * líquido de taxas administrativas e reavaliação de mercado

2.7: Financiamento

2.7.1: Definição de Financiamento

A despesa total orçamentada para 2018 é superior às receitas domésticas que serão cobradas durante o mesmo período. Isto resulta num défice não-petrolífero (receitas domésticas menos despesas), o qual é financiado através de levantamentos a partir do Fundo Petrolífero (FP), empréstimos e uso do saldo de caixa. Os levantamentos a partir do FP podem ser num montante sustentável, utilizando as receitas do Fundo, ou podem ultrapassar o nível sustentável (ver secção seguinte). O montante total de financiamento é igual ao défice não-petrolífero, menos as receitas petrolíferas sustentáveis, e cobre a lacuna entre as despesas orçamentadas e as receitas totais (domésticas e petróleo sustentável). A Tabela 2.7.1.1 seguinte mostra o valor com que contribui cada um dos itens de financiamento seguintes.

Tabela 2.7.1.1: Financiamento entre 2018 e 2022, em milhões de USD

	2018	2019	2020	2021	2022
Total do financiamento	**540,4**	**896,4**	**637,8**	**532,6**	**580,4**
Levantamentos excessivos a partir do FP	434,4	809,4	597,8	519,1	570,7
Uso do saldo de caixa	44,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos (desembolsos)	61,6	87,0	40,0	13,5	9,7

Fontes: Direção Nacional do Orçamento, Direção-Geral do Tesouro, Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, 2018.

2.7.2: RSE e Levantamentos Excessivos

Existem razões económicas importantes para fazer a distinção entre receitas e itens de financiamento. As receitas domésticas resultam de impostos pagos por empresas e indivíduos em Timor-Leste relativamente à produção e aos rendimentos. O RSE é o montante que pode ser retirado do FP a cada ano, sem com isso vir a esgotar o Fundo. Gastar somente até ao total das receitas (receitas domésticas e RSE) mantém a sustentabilidade fiscal e constitui o nível de despesa de referência para entender a tendência a longo prazo das finanças governamentais. O RSE pode assim ser considerado receita. Já os levantamentos excessivos reduzem a riqueza do Fundo, pelo que podem ser considerados empréstimos. Em linha com o parecer do FMI, o Governo alterou a definição de receitas para passar a incluir o RSE, uma vez que isto torna mais claro o que é sustentável em termos fiscais. Os orçamentos anteriores incluíam o RSE como item de financiamento.

O RSE é igual a 3% da riqueza petrolífera líquida, o que corresponde a 550,4 milhões de dólares em 2018. A Secção 2.6.3. do Livro Orçamental contém mais detalhes sobre o RSE e sobre a riqueza petrolífera.

O Governo tenciona levantar 434,4 milhões acima do RSE. Os levantamentos excessivos estão em linha com a política de investimento do Governo e são utilizados para financiar infraestruturas essenciais para o crescimento a longo prazo.

2.7.3: Empréstimos

Tal como estabelecido no Plano Estratégico de Desenvolvimento para 2011 a 2030 e na Lei da Dívida Pública os empréstimos em condições favoráveis constituem uma potencial fonte de financiamento a ter em conta pelo governo aquando do financiamento de projetos de infraestruturas estratégicas. Há três justificações para recorrer a empréstimos em condições favoráveis. A primeira é que o custo total destes empréstimos é menor do que o custo de oportunidade de retirar um montante semelhante a partir do Fundo Petrolífero. Por outras palavras, o recurso a empréstimos permite poupanças líquidas em termos de despesa pública. A segunda é que os empréstimos possibilitam a distribuição do custo financeiro de projetos de infraestruturas ao longo de um período mais correspondente à vida económica dos ativos

em questão, aumentando assim a equidade entre gerações. E a terceira é que os empréstimos em condições favoráveis provenientes de parceiros de desenvolvimento tendem a ser acompanhados por assistência técnica considerável, a qual ajuda o governo a reforçar os padrões para a implementação destes projetos.

A mobilização de empréstimos ocorre segundo a Lei da Dívida Pública (Lei n.º 13/2011), que estabelece vários critérios orientadores importantes. Mais concretamente, estabelece que a gestão da dívida pública deve reger-se por princípios de rigor e eficiência, incluindo a defesa do equilíbrio das finanças públicas no médio e longo prazo; a minimização dos custos diretos e indiretos a longo prazo; a garantia de financiamento disponível em cada ciclo orçamental; o evitar da concentração temporária excessiva de valores de dívida a amortizar; o evitar de risco excessivo; e a promoção de um financiamento equilibrado e eficiente dos mercados financeiros.

Para assegurar estes princípios é necessário que o governo planeie o recurso a empréstimos externos em condições favoráveis de forma rigorosa e que implemente estes empréstimos dentro dos parâmetros validados anualmente pelo Parlamento Nacional. A sustentabilidade da dívida pública é igualmente avaliada regularmente, tanto a nível interno pelo Ministério das Finanças como a nível externo pelo Fundo Monetário Internacional. Na sua consulta mais recente sobre o Artigo IV, ocorrida em 2017, o FMI apoiou um maior uso de empréstimos em condições favoráveis para o financiamento de projetos de infraestruturas de grande dimensão, uma vez que isso reduzirá a dependência em relação aos levantamentos a partir do Fundo Petrolífero e contribuirá para a sustentabilidade fiscal.

Até à data o Governo assinou nove pacotes de empréstimos, porém somente oito foram aprovados pelo Tribunal de Contas, devido a questões de legalidade associadas com o acordo assinado entre o GTL e o Banco EXIM da China em dezembro de 2015 relativamente ao projeto para melhoria das infraestruturas de escoamento em Díli. O valor total destes oito pacotes de apoio a projetos de infraestruturas com elevados retornos socioeconómicos é de aproximadamente 355 milhões de dólares. Contudo, uma vez que os fundos dos empréstimos são desembolsados diretamente segundo o progresso dos projetos e que alguns dos projetos se encontram ainda em fase inicial, a dívida pública concreta incorrida até março de 2018 foi apenas de 116 milhões de dólares.

Todos os pacotes de empréstimos assinados pelo governo prendem-se com a reabilitação e melhoria de estradas nacionais:

- Projeto de Melhoria da Rede Rodoviária (PMRR), troços entre Díli e Liquiçá e entre Tibar e Gleno (assinado pelo GTL e pelo BAsD em maio de 2012).
- Projeto de Melhoria da Estrada Nacional N.º 1, entre Díli, Manatuto e Baucau (assinado pelo GTL e pela JICA em março de 2012).
- Projeto de Proteção de Estradas contra o Clima, entre Díli e Ainaro (assinado pelo GTL e pelo BM em novembro de 2013).

- Projeto Setorial de Melhoria da Rede Rodoviária (PSMRR), entre Manatuto e Natarbora (assinado pelo GTL e pelo BAsD em novembro de 2013).
- Financiamento Adicional para o Projeto de Melhoria da Rede Rodoviária (Projeto de Estrada com Duas Faixas em cada Sentido entre Tasitolu e Tibar) (assinado pelo GTL e pelo BAsD em junho de 2015).
- Financiamento Adicional para o Projeto Setorial de Melhoria da Rede Rodoviária, entre Baucau e Lautém, entre Maubara e Karimbala e entre Atabae e Mota Ain (assinado pelo GTL e pelo BAsD em março de 2016).
- Projeto de autoestrada entre Manatuto e Baucau (assinado pelo GTL e pelo BAsD em dezembro de 2016).
- Segundo Financiamento Adicional para o Projeto de Proteção de Estradas contra o Clima, troço de Laulara a Solerama (assinado pelo GTL e pelo BAsD em julho de 2017).

Os parágrafos seguintes contêm informações adicionais sobre cada um destes projetos financiados por empréstimos.

a. Projeto de Melhoria da Rede Rodoviária (troços entre Díli e Liquiçá e entre Tibar e Gleno)

Este pacote de empréstimo foi assinado com o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAsD) em 2012 para financiar a reabilitação e melhoria dos troços rodoviários entre Díli, Tibar e Liquiçá (28,7 km) e entre Tibar e Gleno (32 km). Trata-se de dois componentes importantes da rede interurbana, com alguns dos níveis de tráfego mais elevados no país. O pacote de empréstimo consiste em dois empréstimos: um empréstimo do Fundo Asiático de Desenvolvimento (FAsD em condições altamente favoráveis, no valor de 5.905.000 DES (aproximadamente 9,15 milhões de dólares), com uma taxa de juro fixa de 1% ao ano durante o período de graça de 8 anos e de 1,5% após este período; e um empréstimo de Recursos Ordinários de Capital (ROC), em condições ligeiramente menos favoráveis, no valor de 30,85 milhões de dólares, com uma taxa de juro variável de LIBOR + 0,4%. Os trabalhos de construção nos troços entre Díli, Tibar e Liquiçá e entre Tibar e Gleno estão concluídos e encontram-se atualmente no período de responsabilidade por defeitos e de manutenção com base no desempenho.

A amortização do montante principal, a ser feita ao longo de seis meses, arrancou em setembro de 2017. Até à data foi pago um total de 518.051,62 dólares. Os juros e outros pagamentos relativos a este pacote de empréstimo totalizavam 1.451.361,10 dólares em março de 2018.

b. Projeto de Melhoria da Estrada Nacional N.º 1, entre Díli (Hera) e Manatuto

O troço de 116 km que liga Díli, Manatuto e Baucau é um componente muito importante da rede rodoviária, visto ligar três das principais cidades do país. Em 2012 assinou-se um acordo

de empréstimo com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) com vista a apoiar este projeto, no valor de aproximadamente 5,28 mil milhões de ienes, o que na altura representava cerca de 68,72 milhões de dólares. Todavia a subsequente desvalorização do iene e o aumento do custo estimado dos trabalhos durante a fase de desenho obrigaram à restruturação financeira do projeto. Consequentemente foi decidido alocar o empréstimo da JICA na totalidade para financiar o Pacote I, entre Hera e Manatuto, com o troço entre Manatuto e Baucau a ser financiado por um novo acordo de empréstimo assinado entre o GTL e o BAsD em dezembro de 2016. A taxa de juro do empréstimo da JICA é de 0,7% ao ano para o montante gasto com construção civil e de 0,01% para o montante gasto com serviços de consultoria. Tratam-se assim de taxas altamente favoráveis. O aprovisionamento para este projeto sofreu atrasos consideráveis devido à necessidade do governo em esperar por uma carta de não-objeção da parte da JICA relativamente aos documentos de concurso, carta esta que foi finalmente recebida em abril de 2015. Os trabalhos de construção relativos ao pacote I arrancaram em julho de 2016 e encontravam-se concluídos a 29,31% em março de 2018. Este projeto tem conclusão prevista para abril de 2019.

Os juros e outros pagamentos relativos a este pacote de empréstimo totalizavam 388.570 dólares em março de 2018. A amortização do montante principal começará em 2022.

c. Financiamento Adicional para o Projeto de Proteção de Estradas contra o Clima, entre Solerema e Ainaro

Este pacote de empréstimo foi assinado com o Banco Mundial em novembro de 2013 e consiste em dois empréstimos: um empréstimo da AID em condições altamente favoráveis, no montante de 25 milhões de dólares e com uma taxa de juro de 1,25%; e um empréstimo do BIRD no montante de 15 milhões de dólares, com uma taxa de juro variável de Taxa de Referência +1%. Este pacote de financiamento apoia a reabilitação e melhoria de vários troços da estrada norte-sul que liga a capital Díli às regiões de Ainaro, Covalima e Manufahi, a sul. Embora os trabalhos referentes ao lote 3 (Solerema a Bandudatu) estejam concluídos e em período de responsabilização por defeitos, os troços 4 (Bandudatu a Aituto) e 5 (Aituto a Ainaro) estão ainda em fase de construção, com conclusão prevista até ao final de 2018. Em março de 2018 o progresso físico era de 64,89% no troço 4 e de 50,45% no troço 5.

Os juros e outros pagamentos relativos a este pacote de empréstimo totalizavam 1.168.889 dólares em março de 2018. A amortização do montante principal começará em março de 2019.

d. Projeto Setorial de Melhoria da Rede Rodoviária, entre Manatuto e Natarbora

O segundo pacote de empréstimo acordado com o Banco Asiático de Desenvolvimento (em novembro de 2013) destina-se a financiar a reabilitação e melhoria de outro eixo norte-sul importante, entre Manatuto e Natarbora. O pacote consiste num componente de ROC no

valor de 40 milhões de dólares, com taxa de juro variável de LIBOR + 0,5% ao ano, e de um empréstimo do FAsD no montante de 6,672 milhões de DES (cerca de 10 milhões de dólares) e taxa de juro fixa de 2%. Em março de 2018 o progresso físico era de 75,50% no troço entre Manatuto e Laclubar e de 50,82% no troço entre Laclubar e Natarbora. Embora os trabalhos no primeiro troço estejam a avançar conforme previsto e a data de conclusão de 24 de dezembro se mantenha, os trabalhos no outro troço sofreram atrasos devido a questões como acesso ao local, escassez de mão-de-obra qualificada, clima desfavorável e resultados aquém do previsto por parte de empreiteiros e consultor, pelo que não foi possível cumprir a data de conclusão de 28 de fevereiro de 2018. A solicitação para extensão do empréstimo até dezembro de 2011 será enviada ao BAsD em 2019, após a conclusão das atividades de construção relativas a ambos os pacotes até dezembro de 2018. Com isto pretende-se levar em conta novas datas de conclusão física, período de 12 meses de responsabilização por defeitos e 2 anos de manutenção com base no desempenho.

Os juros e outros pagamentos relativos a este pacote de empréstimo totalizavam 633.925 dólares em março de 2018. A amortização do montante principal começará em abril de 2019.

e. Financiamento Adicional para o Projeto de Melhoria da Rede Rodoviária, Estrada com Duas Faixas em cada Sentido entre Tasitolu e Tibar

Este pacote de financiamento foi assinado com o BAsD a 24 de junho de 2015 com o intuito de complementar o Projeto de Melhoria da Rede Rodoviária em curso, de modo a cobrir a construção de uma estrada com quatro faixas ligando Tasitolu à entrada do futuro Porto da Baía de Tibar (um total de 5,2 km). O montante total do empréstimo é de 11,8 milhões de dólares, com taxa de juro (variável) de LIBOR + 0,6% ao ano. O processo de aprovisionamento do empreiteiro foi concluído no terceiro trimestre de 2016. O concorrente vencedor tem vindo a realizar trabalhos de terraplanagem no local do projeto desde o primeiro trimestre de 2017. Em março de 2018 o progresso físico era de 67,07%. A solicitação de extensão do empréstimo por dois anos, até junho de 2020, foi aprovada pelo BAsD para dar resposta à discrepância de tempo entra a data de fecho do empréstimo e o calendário de conclusão dos trabalhos de construção, ao qual se seguirá um período de 12 meses de responsabilização por defeitos.

Os juros e outros pagamentos relativos a este pacote de empréstimo totalizavam 101.614 dólares em março de 2018. A amortização do montante principal começará em Setembro de 2019.

f. Financiamento Adicional para o Projeto Setorial de Melhoria da Rede Rodoviária, Baucau a Lautém, Maubara a Karimbala e Atabae a Motain

Este pacote de empréstimo constitui um financiamento adicional ao Projeto Setorial de Melhoria da Rede Rodoviária em curso e visa apoiar a reabilitação e melhoria de três troços adicionais do corredor rodoviário da costa norte: Baucau a Lautém, Maubara a Karimbala e Atabae a Motain. Tal como previsto nos acordos assinados em março de 2016 o BAsD irá prestar um financiamento total de 76,2 milhões de dólares: um empréstimo de ROC no valor de 53 milhões de dólares (LIBOR + 0,6% de juros) e um empréstimo do FAsD no valor de 16,754 DES (cerca de 23,2 milhões de dólares, com 2% de juro fixo). O aprovisionamento está concluído. Os trabalhos de construção arrancarão após ser emitida a licença ambiental e estarão concluídos até fevereiro de 2020.

Os juros e outros pagamentos relativos a este pacote de empréstimo totalizavam 125.146 dólares em março de 2018. A amortização do montante principal começará em junho de 2021.

g. Projeto de Melhoria da Estrada Nacional N.º 1, troço entre Manatuto e Baucau

Tal como já foi referido anteriormente, o pacote de empréstimo oferecido pelo BAsD para este troço rodoviário foi explorado em resultado de o empréstimo original da JICA não ser suficiente. O acordo de empréstimo foi assinado em dezembro de 2016. Embora o esquema de financiamento seja diferente, não há alterações significativas nas especificações técnicas relativas ao Pacote I (Díli a Manatuto) e ao Pacote II (Manatuto a Baucau). Este empréstimo tem uma taxa de juro fixa de 2% ao ano e um valor de 35,467 milhões de DES (cerca de 49,65 milhões de dólares). Os trabalhos de construção arrancaram em 2016, sendo que em março de 2018 se encontravam concluídos a 37,53%. É esperado que o projeto seja concluído em maio de 2019.

Os juros e outros pagamentos relativos a este pacote de empréstimo totalizavam 32.450 dólares em março de 2018. A amortização do montante principal começará em março de 2022.

h. Segundo Financiamento Adicional para o Projeto de Proteção de Estradas contra o Clima, troço entre Laulara e Solerema

O empréstimo para este troço rodoviário representa o segundo financiamento adicional para o Projeto de Proteção de Estradas conta o Clima, com o intuito de concluir a totalidade do segmento que liga Díli ao corredor de Ainaro. O acordo de empréstimo foi assinado a 7 de junho de 2017, com um valor de 26 milhões de DES, o equivalente a aproximadamente 35,2 milhões de dólares. Tem uma taxa fixa de 2% ao longo do período de empréstimo. O projeto

encontra-se ainda em fase de aprovisionamento, estando previsto que o processo de implementação arranque em 2018. O projeto tem uma duração de cerca de 2 anos.

Até à data não houve qualquer despesa referente a juros ou outros pagamentos. A amortização do montante principal começará em setembro de 2022.

l. Novo empréstimo em 2018

A Lei do Orçamento de Estado prevê que todos os anos o Governo tem de enviar à aprovação do Parlamento uma proposta de teto para a contração de novos empréstimos. No presente ano o Governo está a propor um teto de 44 milhões de dólares para a implementação do projeto rodoviário entre Baucau e Viqueque. O desenho relativo a este projeto já foi preparado e está pronto para avançar para o processo de aprovisionamento. A negociação do empréstimo com o BAsD foi concluída em dezembro de 2017. O custo total deste projeto está estimado em cerca de 69 milhões de dólares, dos quais 25 milhões (somente para trabalhos de construção civil) serão financiados pelo Governo através do FI.

A Tabela 2.7.3.1 mostra o total previsto dos desembolsos de todos os empréstimos entre o período de 2018 a 2022.

Tabela 2.7.3.1: Projeção do financiamento total de empréstimos entre 2018 e 2022 (em milhões de USD)

	Total	2018	2019	2020	2021	2022
Empréstimos (desembolsos)	**211,8**	61,6	87,0	40,0	13,5	9,7

Fontes: Direção Nacional do Orçamento e Secretariado dos Grandes Projetos, Ministério das Finanças, 2018

A Tabela 2.7.3.2. contém detalhes sobre cada acordo de empréstimo.

Tabela 2.7.3.2 Resumo dos acordos de empréstimos

	Empréstimo da JICA	BAsD – 2857	BAsD – 2858	BAsD – 3021	BAsD – 3020	BAsD – 3181	BAsD – 3341	BAsD – 3342	BAsD – 3456	BM – 5303	BM – 8290	BM – 6012
Partes:	Governo da República Democrática de Timor-Leste e Agência de Cooperação Internacional do Japão	Governo da República Democrática de Timor-Leste e Banco Asiático de Desenvol-vimento	Governo da República Democrática de Timor-Leste e Banco Asiático de Desenvol-vimento	Governo da República Democrática de Timor-Leste e Banco Asiático de Desenvol-vimento	Governo da República Democrática de Timor-Leste e Banco Asiático de Desenvol-vimento	Governo da República Democrática de Timor-Leste e Banco Asiático de Desenvol-vimento	Governo da República Democrática de Timor-Leste e Banco Asiático de Desenvol-vimento	Governo da República Democrática de Timor-Leste e Banco Asiático de Desenvol-vimento	Governo da República Democrática de Timor-Leste e Banco Asiático de Desenvol-vimento	Governo da República Democrática de Timor-Leste e Associação Internacional de Desenvol-vimento	Governo da República Democrática de Timor-Leste e Banco Internacional de Reconstrução e Desenvol-vimento	Governo da República Democrática de Timor-Leste e Associação Internacional de Desenvol-vimento
Data de Acordo:	19-Mar-12	2-Maio-12	2-Maio-12	18-Nov-13	18-Nov-13	24-Jun-15	4-Mar-16	4-Mar-16	22-Dez-16	18-Nov-13	18-Nov-13	7-Jun-17
Montante:	5.278.000.000 ienes (63.300.551 USD) (19/03/2012 Taxa cambial = 1 USD = 83,38 ienes)	30.850.000 dólares	5.905.000 DES	6.672.000 DES	40.000.000 dólares	11.780.000 dólares	53.000.000 dólares	16.574.000 DES	49.650.000 dólares	25.000.000 dólares	15.000.000 dólares	26.000.000 DES
Período de Graça	10 anos	5 anos	8 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	8 anos	5 anos
Período de Amortização:	**20 Anos** (20 março 2022 a 20 março 2042)	**20 Anos** (15 setembro 2017 a 15 março 2037)	**24 Anos** (15 setembro 2020 a 15 março 2044)	**20 Anos** (15 abril 2019 a 15 outubro 2038)	**20 Anos** (15 abril 2019 a 15 outubro 2038)	**20 Anos** (15 setembro 2019 a 15 março 2039)	**20 Anos** (15 abril 2021 a 15 outubro 2040)	**20 Anos** (15 abril 2021 a 15 outubro 2040)	**20 Anos** (15 março 2022 e 15 setembro 2041)	**20 Anos** (15 março 2019 a 15 setembro 2038) - Começando a 15 de março de 2019 e indo até 15 de setembro de 2028 (inclusive) – 1,65% do montante principal	**20 Anos** (15 março 2022 a 15 setembro 2041) - Começando a 15 de março de 2022 e indo até 15 de setembro de 2040 (inclusive) – 2,56% do montante principal	**20 anos** (começando a 15 de setembro de 2022 e indo até 15 de março de 2032 1,65% do montante principal e 15 de setembro de 2032 a 15 de março de 2042

	Empréstimo da JICA	BAsD – 2857	BAsD – 2858	BAsD – 3021	BAsD – 3020	BAsD – 3181	BAsD – 3341	BAsD – 3342	BAsD – 3456	BM – 5303	BM – 8290	BM – 6012
										- Começando a 15 de março de 2029 e indo até 15 de setembro de 2038 (inclusive) – 3,35% do montante principal	- até 15 de março de 2041 (inclusive) – 2,72% do montante principal	3,35% do montante principal)
Taxas de Juro:	0,7% ao ano pagáveis semestralmente sobre o montante principal levantado para Obras de Construção Civil e juros de 0,01% ao ano sobre serviços de consultoria (capitalizado)	**A soma do LIBOR + 0,60%** menos crédito de 0,20% sobre o empréstimo levantado pagável a 15 de março e 15 de setembro de cada ano (capitalizado)	**1%** ao ano durante o período de graça e **1,5%** ao ano após o período de graça sobre o montante levantado. (Período de graça antes da data do primeiro pagamento do Principal.) Pagável a 15 de março e 15 de setembro de cada ano (capitalizado)	2% ao ano (durante e após o período de graça) – capitalizado	LIBOR + (0,60% - 0,20%) + 0,10% ao ano de prémio de maturidade (durante e após o período de graça) - capitalizado	LIBOR + (0,60% - 0,10%) + 0,10% ao ano de prémio de maturidade - capitalizado	LIBOR + (0,60% - 0,10%) + 0,10% ao ano de prémio de maturidade (durante e após o período de graça) - capitalizado	2% ao ano (durante e após o período de graça) – capitalizado		(1,25 ao ano + ajuste base) – **a pagar diretamente através do Orçamento de Estado**	Taxa de Referência + Spread Fixo (1%) – capitalizado	2% ao ano

	Empréstimo da JICA	BAsD – 2857	BAsD – 2858	BAsD – 3021	BAsD – 3020	BAsD – 3181	BAsD – 3341	BAsD – 3342	BAsD – 3456	BM – 5303	BM – 8290	BM – 6012
Taxas de Compromisso	0,1% ao ano, pagável semestralmente sobre o montante total não utilizado orçamentado para todos os trabalhos e serviços, excluindo taxas de compromisso. (As taxas de compromisso são também emprestadas ao mutuário) – capitalizado	**0,15%** ao ano sobre o montante total do empréstimo (menos valores retirados) **60 dias após a data** do acordo de empréstimo, pagável a **15 de março e a 15 de setembro de cada ano – capitalizado**	-	-	0,15% ao ano sobre o montante total do empréstimo (menos valores retirados) 60 dias após a data do acordo de empréstimo – capitalizado	0,15% ao ano sobre o montante total do empréstimo (menos valores retirados) 60 dias após a data do acordo de empréstimo, pagável a 15 de março e a 15 de setembro de cada ano – capitalizado	0,15% ao ano sobre o montante total do empréstimo (menos valores retirados) 60 dias após a data do acordo de empréstimo – capitalizado	-	-	1/2 de 1% ao ano (saldo de financiamento não levantado) - **a pagar diretamente através do Orçamento de Estado**	-	
Taxas de Serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	¾ de 1% ao ano + ajuste base ou ¾ ao ano, conforme o que for maior - **a pagar diretamente através do Orçamento de Estado**	-	
Pagamento Antecipado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37.500 dólares (0,25% do montante de empréstimo)	

	Empréstimo da JICA	BAsD – 2857	BAsD – 2858	BAsD – 3021	BAsD – 3020	BAsD – 3181	BAsD – 3341	BAsD – 3342	BAsD – 3456	BM – 5303	BM – 8290	BM – 6012
Datas de Amortização:	Semestralmente a 20 de março e 20 de setembro. Principal: Ver Anexo 3 do Acordo de Empréstimo	15 de março e 15 de setembro de cada ano. Principal: Ver Anexo 1 do Acordo de Empréstimo	15 de março e 15 de setembro de cada ano. Principal: Ver Anexo 2 do Acordo de Empréstimo	Juros e outras taxas pagáveis a 15 de abril e 15 de outubro de cada ano. Principal: Ver Anexo 1 do Acordo de Empréstimo	Juros e outras taxas pagáveis a 15 de abril e 15 de outubro de cada ano. Principal: Ver Anexo 2 do Acordo de Empréstimo	Juros e outras taxas pagáveis a 15 de março e 15 de setembro de cada ano. Principal: Ver Anexo 2 do Acordo de Empréstimo	Juros e outras taxas pagáveis a 15 de abril e 15 de outubro de cada ano. Principal: Ver Anexo 2 do Acordo de Empréstimo	Juros e outras taxas pagáveis a 15 de abril e 15 de outubro de cada ano. Principal: Ver Anexo 1 do Acordo de Empréstimo	De 15 de março de 2022 a 15 de setembro de 2041	Juros e outras taxas pagáveis a 15 de março e 15 de setembro de cada ano. Principal: Ver Anexo 3 do Acordo de Empréstimo	Juros e outras taxas pagáveis a 15 de março e 15 de setembro de cada ano. Principal: Ver Anexo 3 do Acordo de Empréstimo	De 15 de setembro de 2022 a 15 de março de 2042
Data de Fecho do Empréstimo		30-Jun-17	30-Jun-17	30-Jun-20	30-Jun-20	30-Jun-18	30-Jun-21	30-Jun-21	30-Nov-22	31-Dez-18	31-Dez-18	31-Dez-21
Data de Conclusão do Projeto:	Jun-17	30-Dez-16	30-Dez-16	31-Dez-19	31-Dez-19	31-Dez-17	31-Dez-20	31-Dez-20	31-Maio-22	-	-	31-Dez-20

Fontes: Unidade PPP&Empréstimos, Ministério das Finanças, 2018

2.7.4: Uso do Saldo de Caixa

O nível de fecho do balanço de caixa na Conta do Tesouro para todas as entidades governamentais em dezembro de 2017 foi de 244,4 milhões de dólares. Este nível elevado deve-se às necessidades inerentes ao regime de duodécimos seguido na primeira metade de 2018. Até ao final de 2018 é esperado que o nível de saldo de caixa na Conta do Tesouro regresse ao valor habitual de 200 milhões. Dado o nível inicial mais elevado em janeiro de 2018, prevê-se que o uso do saldo de caixa apresente um valor positivo de 44,4 milhões. Deste modo o saldo de caixa será incluído no financiamento de despesas no Orçamento de Estado para 2018. Por outro lado não se prevê qualquer uso do saldo de caixa do FDCH em 2018, já que é esperado que este saldo seja estável.

Tabela 2.7.4.1 Uso do saldo de caixa em 2018

Total	**44,4**
Transporte a partir do FDCH	0,0
Levantamento de saldos de caixa a partir da Conta do Tesouro	44,4

Fonte: Direção-Geral do Tesouro, Secretariado do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano, 2018.

2.7.5: Parcerias Público-Privadas

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) são relações a longo prazo entre o governo e um parceiro privado com vista à provisão de infraestruturas ou outros serviços públicos. As PPPs permitem recorrer aos conhecimentos, experiência e inovação do setor privado para melhorar os padrões na prestação de serviços públicos e alocar riscos de formas mais eficientes (por exemplo o parceiro privado assumir responsabilidade pela conclusão atempada de uma infraestrutura, ficando sujeito ao pagamento de uma compensação caso se atrase).

Timor-Leste começou a explorar as PPPs como modalidade de implementação de projetos há cerca de 7 anos, tendo começado por estabelecer uma Política de PPPs, legislação sobre PPPs e uma Unidade dedicada a PPPs no Ministério das Finanças. O objetivo de tudo isto é garantir que só são considerados para implementação através da modalidade de PPPs projetos de alta qualidade, com retornos sociais e económicos elevados e que estão alinhados com as prioridades estratégicas do governo. Por exemplo, a legislação sobre PPPs inclui um requisito em como todos os projetos de PPPs têm de passar por um estudo pré-viabilidade e um estudo de viabilidade completo antes de passarem à fase de aprovisionamento. Existem atualmente três projetos de PPPs na calha – nos setores dos portos, abastecimento de água e cuidados de saúde.

O Porto da Baía de Tibar, o futuro principal centro internacional de contentores e cargas do país, a ser construído a cerca de 12 km a oeste da capital, entrou na fase de implementação após a assinatura do acordo de concessão entre o Governo, na qualidade de adjudicador, e a Timor Port SA, na qualidade de Concessionária, em junho de 2016. Ao longo de um período

de 30 anos o Concessionário irá desenhar, cofinanciar, construir, operar e transferir de volta um porto de raiz e de nível mundial, sujeito a especificações técnicas e padrões de desempenho definidos pelo Governo. O novo porto irá pôr fim às limitações do atual Porto de Díli, cujas possibilidades de alargamento são muito limitadas, e devolver a face costeira à cidade e aos seus habitantes. Prevê-se que o Porto da Baía de Tibar gere retornos económicos muito altos para o país, bem como um retorno financeiro positivo para o governo através de royalties, taxas de navegação e atracagem, e retornos tributários que o governo receberá durante a vigência da concessão.

Atualmente o projeto encontra-se no período de Encerramento Financeiro, sendo que o desenho preliminar já foi concluído e aprovado pelo Governo. Foi assinado um acordo direto entre o Adjudicador, o Concessionário e o Subadjudicatário principal. Foi também garantida a licença ambiental para o desenvolvimento. Prevê-se que a construção do porto arranque no terceiro trimestre de 2018 e que seja concluída no espaço de três anos.

O Governo ficou contratualmente obrigado a depositar o montante total do seu *Viability Gap Funding* (VGF / contribuição financeira do Governo) no valor de 129,45 milhões de dólares numa conta caução. O GTL, a Timor Port SA e o United Overseas Bank (UoB) chegaram a um acordo fiduciário em novembro de 2016, em Singapura, tendo o montante total sido depositado no final de 2016. O acordo fiduciário estabelece os termos e condições para a gestão do VGF em benefício do Concessionário e do Adjudicador. O VGF será desembolsado consoante a concretização de marcos de construção.

A PPP para o Abastecimento de Água em Díli é outro projeto no ciclo. Encontra-se atualmente em fase de viabilidade, após se ter realizado um estudo de pré-viabilidade aprovado pelo Conselho de Ministros. A finalidade do estudo em curso é providenciar informações e análises que permitam ao Governo decidir se e como envolver o setor privado nos serviços de abastecimento de água na capital Díli. Este estudo de viabilidade está atualmente a entrar na sua segunda fase, na qual um número reduzido de modalidades de PPP selecionadas na primeira fase (concessão, arrendamento com risco reduzido e contrato administrativo) serão examinadas de forma detalhada numa perspetiva técnica, financeira, económica e jurídica. Para lá disto, caso venha a ser selecionada uma modalidade de PPP para a reforma, o Governo lançará um concurso internacional para escolher o parceiro privado.

Por fim, o Governo está igualmente a estudar possíveis parcerias com o setor privado no setor da saúde, em especial no que diz respeito à prestação de serviços de diagnóstico médico. A Constituição de Timor-Leste estabelece que os cuidados médicos são um direito fundamental de todos os cidadãos e atribui ao Governo o dever de promover e estabelecer um sistema nacional de saúde universal, geral, gratuito e, dentro do possível, descentralizado e participativo. A prestação de serviços de diagnóstico foi identificada como sendo uma área com potencial para atrair parceiros privados internacionais de qualidade elevada, possibilitar poupanças consideráveis para o Governo em termos de despesas com saúde e melhorar a

saúde pública de forma considerável através de diagnósticos mais céleres e mais precisos. O estudo de pré-viabilidade sobre uma possível PPP neste domínio foi conduzido com o apoio da Corporação Financeira Internacional (IFC) e aprovado pelo Governo em 2015. O estudo de viabilidade completo está em curso e deverá ser concluído até ao final de 2018.

Existem possibilidades de desenvolvimento de novas iniciativas de PPPs, com alguns projetos a iniciarem a fase conceptual que precede o ciclo formal de PPPs. Estes incluem o Projeto de Investimento da Baía de Tibar (um parque industrial em Tibar para aproveitar sinergias com o porto futuro), um projeto de formação vocacional, infraestruturas turísticas e relacionadas com o turismo e um projeto de habitação pública.

Part 3 Lei do Orçamento Geral de Estado para 2018

(Submetimos separadamente)

Part 4 : Documentos de Apoio

4.1: Artigo 8.º da Lei do Fundo Petrolífero

4.1.1: Solicitação para Transferências a partir do Fundo Petrolífero

4.1.2: Relatório Independente de Garantia ao Ministério das Finanças

Preparado para o Governo da República Democrática de Timor-Leste pelo Ministério das Finanças

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Torre Ministerio das Finanças, Aitarak-Laran , Díli, Timor-Leste

Website - www.mof.gov.tl